



**CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL
"ANITA RIBEIRO FONTES"**



"EDUCAR CRIANÇAS PARA NÃO CORRIGIR HOMENS"

Pitágoras

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

“Uma proposta pedagógica é um caminho, não é um lugar. Uma Proposta Pedagógica é construída no caminho, no caminhar. Toda proposta pedagógica contém uma história que precisa ser contada. Toda proposta pedagógica possui uma aposta. Nasce de uma realidade que pergunta e é também busca de uma resposta. Toda proposta é situada, traz consigo o lugar de onde fala e a gama de valores que a constitui. Traz também as dificuldades que enfrenta os problemas que precisam ser superados e a direção que a orienta. E essa sua fala do desejo (...) nunca uma fala acabada, não aponta o lugar, a resposta, pois, se traz a resposta, já não é uma pergunta. Aponta isso sim, um caminho também a construir.” (KRAMER, 1999. P.169)

Paranaguá

2024

Rua: Alzir dos Santos Antunes, 611 Telefone (41)3271 1808
Bairro: Vila Cruzeiro
Paranaguá-PR

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO | 05 |
| HISTÓRICO | 06 |
| I CONCEPÇÃO DE CRIANÇA, INFÂNCIA, EDUCAÇÃO INFANTIL, DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM, CIDADÃO, CULTURA, DIVERSIDADE, IDENTIDADE E DIFERENÇA | 10 |
| II PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DA POPULAÇÃO A SER ATENDIDA E DA COMUNIDADE A QUAL SE INSERE | 20 |
| III ARTICULAÇÃO ENTRE AS AÇÕES DE CUIDAR E EDUCAR E PROCESSO DE ACOLHIMENTO E ADAPTAÇÃO DAS CRIANÇAS E DE SUAS FAMÍLIAS | 21 |
| IV O REGIME DE FUNCIONAMENTO DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR | 23 |
| O CALENDÁRIO ESCOLAR. | 32 |
| V DESCRIÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS, RESGUARDADAS AS ESPECIFICIDADES ETÁRIAS DAS CRIANÇAS E DA EDUCAÇÃO INFANTIL | 33 |
| VI RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS, ESPECIFICANDO CARGOS E FUNÇÕES, HABILITAÇÃO E NÍVEIS DE ESCOLARIDADE | 34 |
| VII POLÍTICAS DE INCLUSÃO | 35 |
| VIII DIREITOS HUMANOS | 39 |
| IX EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS | 39 |
| X ARTICULAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E COMUNIDADE | 40 |
| XI PLANO DE CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO A QUALQUER TIPO DE VIOLÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, AO BULYNG E CYBERBULLYING | 41 |
| XII A GESTÃO ESCOLAR EXPRESSA ATRAVÉS DE PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS E DE FORMA COLEGIADA, EFETIVANDO A PARTICIPAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR | 41 |
| XIII PLANO DE AÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR | 42 |
| XIV PLANO DE AÇÃO DO DIRETOR | 43 |
| XV PLANO DE AÇÃO DO PEDAGOGO | 50 |
| XVI PLANO DE TRABALHO DOCENTE | 54 |
| XVII A ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL COM O ENSINO FUNDAMENTAL, GARANTINDO A ESPECIFICIDADE DO ATENDIMENTO DAS CRIANÇAS DE ZERO A CINCO ANOS DE IDADE | 55 |
| XVIII A ORGANIZAÇÃO DE TODOS OS GRUPOS DE CRIANÇAS, INDICANDO CADA UM DELES A FAIXA ETÁRIA DAS CRIANÇAS, O NÚMERO DE CRIANÇAS E PROFESSORES | 56 |
| XIX AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA | 57 |
| XX AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL ANUAL E REELABORAÇÃO COLETIVA DA PROPOSTA PEDAGÓGICA | 59 |
| XXI A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA INSTITUIÇÃO | 59 |
| XXII A SELEÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS, CONHECIMENTOS E ATIVIDADES NO TRABALHO PEDAGÓGICO | 62 |

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Município: Paranaguá

código: 1840

Instituição: CMEI Anita Ribeiro Fontes

código: 41385438

E-mail da instituição: cmeiarfontes@gmail.com

Endereço: Rua: Alzir dos Santos Antunes, 611 Bairro: Vila Cruzeiro

Telefone: (41) 3721 1808

Nome da Equipe diretiva: Selma Modesto Leandro

E-mail da Equipe diretiva: selma.leandro@paranagua.pr.gov.br

Dependência Administrativa: Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral

Entidade Mantenedora: Prefeitura de Paranaguá

Ato de autorização: 14/2020

Resolução: Deliberação Comed 01/15

Ato administrativo de aprovação do Regimento Escolar nº14/2020

**ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO OFERTADO POR ESTA INSTITUIÇÃO**

- (x) Educação Infantil
- () Educação do Campo
- () Educação Especial

Rua: Alzir dos Santos Antunes, 611 Telefone (41)3271 1808
Bairro: Vila Cruzeiro
Paranaguá-PR

QUADRO DE ATOS

| Tipo | Ato N° | Data | Descrição | Revogação | Vigência | Observações |
|-----------|----------|------------|---|-----------|----------|--|
| Decreto | 2517 | 02/07/2004 | Autorização de funcionamento | | | |
| Resolução | 210/06 | 02/02/2006 | Autorização de funcionamento | | 03 anos | Solicitar revogação 120 dias antes de terminar o ano letivo de 2008. |
| Parecer | 446/06 | 02/02/2006 | Autorização de funcionamento | | 03 anos | Solicitar revogação 120 dias antes de terminar o ano letivo de 2008. |
| Processo | 21568/11 | 23/11/2011 | Renovação da Autorização de funcionamento | | | |
| Resolução | 097/11 | 12/12/2011 | Renovação do prazo da Autorização de funcionamento | | 03 anos | Solicitar renovação 120 dias antes de terminar o ano letivo de 2013. |
| Resolução | 14/2020 | | Autorização de Funcionamento | | | |
| Resolução | 02/2023 | 13/12/2023 | Deliberação COMED | | | |
| Instrução | 01/2024 | 26/01/2024 | Normas para elaboração, atualização e reformulação do PPP | | | |

HISTÓRICO

Atualmente a Rede Municipal de Paranaguá conta com 26 Centros Municipais, sendo dois localizados no Campo – Ilha do Mel, com atendimento de crianças de 0 a 5 anos de idade. As crianças de 4 e 5 anos de idade, nas turmas do Infantil IV e V são atendidas também nas Escolas Municipais, de forma a garantir a obrigatoriedade no atendimento de crianças a partir dos 4 anos de idade.

O CMEI “Anita Ribeiro Fontes” foi construído no local onde funcionava uma cancha de Futebol de Salão. Foi inaugurado em 27 de julho de 2004, na gestão do Prefeito Mario Manoel das Dores Roque, mas veio a funcionar no ano de 2005, na gestão do Prefeito José Baka Filho.

O CMEI “Anita Ribeiro Fontes” recebeu este nome em homenagem a ilustre cidadã parnanguara Anita Ribeiro Fontes, que devido aos seus feitos progressistas a favor da amada cidade de Paranaguá e principalmente pela sua postura profissional, foi uma mulher inovadora e de grande talento para a literatura da nossa cidade e do nosso país. Anita sempre foi e sempre será um exemplo de vida para todos nós, visto que participou determinada e ativamente de todos os momentos históricos de Paranaguá. Sua vocação pela música ajudou a perceber valores e as belezas da nossa cidade. Anita Ribeiro Fontes nasceu em 06 de abril de 1912 em Paranaguá, filha de Anibal Ribeiro e Albertina Soares Ribeiro. Iniciou seus estudos em Paranaguá e os concluiu no Colégio N.S. de Lourdes- Colégio Cajuru em Curitiba. Teve sua formação musical em Paranaguá, onde estudou piano com o renomado José Itiberê de Lima, o Cazuzu. Em 29 de Junho de 1931 casou-se com o médico Dr. Antônio Fontes e foi morar na cidade de Barra Mansa, estado do Rio de Janeiro onde ficou até 1935. Teve dois filhos Roberto e Sônia. Retornando à Paranaguá, participou ativamente da vida social e filantrópica da cidade. Foi presidente da L.B.A.- Legião Brasileira de Assistência, fundadora e presidente da associação de amparo à Maternidade e à Infância- entidade anexa a casa da criança Olinto de Oliveira, onde funcionava o Hospital Infantil Dr. Antônio Fontes. Também presidiu e participou da Rede Feminina de Combate ao Câncer e, ainda fundou a Sociedade Amigos da Música. Fez parte do Instituto Histórico e Geográfico e do Centro de Letras Leôncio Corrêa. Poetisa e musicista de reais méritos, teve diversas de suas composições musicais destacadas, como: Minha Velha Paranaguá e Recordando - trilha sonora da novela da Rede Globo de televisão, baseada na obra literária de José de Alencar - Senhora.

Anita Ribeiro Fontes faleceu no dia 23 de agosto de 1988 em Paranaguá.

A primeira Diretora do CMEI “Anita Ribeiro Fontes” foi a Professora Denise Farias Alboit, do período final de junho de 2004 até o final do mesmo ano.



A segunda Diretora a assumir o CMEI, foi a Professora e hoje Pedagoga na rede, Vanessa Turcheti da Costa Leite, ficando do período de 2 de janeiro de 2005 até 31 de maio do mesmo ano.



Logo após, em junho de 2005 a Professora Selma Modesto Leandro assumiu a Direção do CMEI e continua até os dias atuais, para a alegria de todos!



I - CONCEPÇÕES:

CONCEPÇÃO DE CRIANÇA



A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca. A criança tem na família, biológica ou não, um ponto de referência fundamental, apesar da multiplicidade de interações sociais que estabelece com outras instituições sociais.

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos.

No processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação.

As crianças são sujeitos históricos e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais. Embora os conhecimentos derivados da psicologia, antropologia, sociologia, medicina etc. possam ser de grande valia para desvendar o universo infantil apontando algumas características comuns de ser das crianças, elas permanecem únicas em suas individualidades e diferenças.

A concepção de construção de conhecimentos pelas crianças em situações de interação social foi pesquisada, com diferentes enfoques e abordagens, por vários autores, dentre eles: Jean Piaget, Lev Vygotsky e Henry Wallon. Nas últimas décadas, esses conhecimentos que apresentam tantas convergências como divergências, têm influenciado marcadamente o campo da educação. Sob o nome de construtivismo reúnem-se as idéias que preconizam tanto a ação do sujeito, como o papel significativo da interação social no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança.

CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA



Mais do que elencar a infância como um período da existência humana, pela necessidade da construção curricular, queremos contribuir para repensar esse tempo, sem, contudo, desconsiderar o direito primeiro de ser criança. Assim, é preciso situar na história da humanidade como as relações sociais e os interesses predominantes, em cada momento, foram determinando as concepções sobre a infância, uma vez que, os homens, dependendo da forma como se organizavam, foram produzindo os meios de que necessitavam para sobreviver e, nessa luta pela sobrevivência, produziram diferentes relações que, por sua vez, determinaram diferentes necessidades educativas. Nessa perspectiva, a história da infância, entendida como a história do período inicial da vida do homem, evidencia que a trajetória histórica da criança e da infância é marcada por fatores sociais, políticos, econômicos e culturais, que foram decisivos no aparecimento das instituições destinadas ao atendimento e à educação das crianças. Do século XII até meados do século XV, a infância era considerada uma fase insignificante, praticamente sem importância. Consequentemente, não se nutria pela criança um sentimento de afetividade, pois ela era considerada um adulto em miniatura. Somente no final do século XVII é que a infância passou a ser compreendida como uma etapa da vida, e é desta ocasião que se têm notícias das primeiras escolas para crianças: as instituições de caridade, cuidadas e mantidas por religiosos que recebiam, então, crianças de todas as camadas sociais. A infância, em âmbito nacional e internacional nos dias de hoje, constitui tema de muitas discussões dentro das sociedades. No Brasil, o que podemos observar é que foi no começo do século XX que a infância passou a ser conhecida e construída como um período da vida em que o ser humano possui necessidades específicas, peculiares ao período em que se encontra. A caracterização da mudança de visão da infância do começo do século XX pode ser vista diretamente relacionada dentro de duas concepções principais, ligadas aos significados das expressões da palavra, sendo uma no passado, ligada ao termo infante como aquele que está impossibilitado de falar, aquele que não tem voz, e, em um segundo momento, uma concepção mais contemporânea, sendo inclusive infante-criança aquele que está sendo criado, com voz e participação (BELLONI, 2009). O século XX foi o cenário mais importante para a infância brasileira no que se refere à legislação, pois surgiram três leis essenciais que buscaram atender à realidade da infância brasileira: o Código de Menores de 1927, o Código de Menores de 1979 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990. O olhar e o ouvir a criança fica ainda mais pertinentes quando leva em consideração o princípio de toda e qualquer infância: o princípio de transposição, imaginário do real, comum a todas as gerações, constituindo-se em capacidade estritamente humana. É preciso levar em consideração a concepção modificada da mente infantil, “uma mente criando sentido, buscando o sentido, perseverando sentido e usando o sentido; em uma palavra: construtora do mundo” (GEERTZ, 2001, p. 186) Hoje, observa-se que a infância é concentrada dentro de uma promoção da valorização de crianças e adolescentes, que passaram de objetos a sujeitos de direito, com o direito a terem as suas necessidades físicas, cognitivas,

psicológicas, emocionais e sociais em um atendimento integral e integrado, com absoluta prioridade, visto que se encontram em fase de desenvolvimento biopsicossocial para viver dentro da sociedade. A concepção de infância é construída todos os dias, de modo a estar adaptando problemáticas e situações do dia-a-dia dentro de um sistema de garantias e de seu reconhecimento como sujeitos de direitos.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL



Na Educação Infantil as crianças têm direito ao lúdico, à imaginação, à criação, ao acolhimento, à curiosidade, à brincadeira, à democracia, à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à convivência e à interação com seus pares para a produção de culturas infantis e com os adultos, quando o cuidar e o educar são dimensões presentes e indissociáveis em todos os momentos do cotidiano das unidades educacionais. A Educação Infantil vem mudando radicalmente nos últimos anos. A visão assistencialista está dando lugar a um novo enfoque educacional.

É primordial na primeira etapa da educação básica (definida pela LDB 9394/96), que os educadores proporcionem as crianças atividades que desenvolvam suas potencialidades no aspecto cognitivo, afetivo, psicomotor e social.

A criança passa a ser vista como um ser criativo que tem a participação ativa na construção de seu conhecimento. Cabe ao educador proporcionar atividades prazerosas favorecendo as interações, respeitando acima de tudo o desenvolvimento de cada criança, que acontecerá de forma natural e gradativa.

Deve estar em constante busca de novos materiais e idéias para enriquecer seu trabalho em sala.

Durante esse processo surge uma nova concepção de criança, totalmente diferente da visão tradicional. A criança é um ser social e histórico, que faz parte de uma organização familiar inserida em uma sociedade caracterizada por uma determinada cultura. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca. As crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio.

Através das interações que estabelecem com as pessoas e com o meio que as circundam, as crianças revelam o seu esforço para compreender o mundo em que vivem e por meio das brincadeiras revelam as condições de vida a que estão submetidas, seus anseios e desejos.

As crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as pessoas e o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação.

A aprendizagem no seu todo, encarada como ação educativa, tem como finalidade ajudar a desenvolver nos indivíduos as capacidades que os tornem capazes de estabelecer uma relação pessoal com o meio em que vivem (físico e humano), servindo-se para este efeito, das suas estruturas sensório-motoras, cognitivas, afetivas e linguísticas.

Hoje, a criança é vista como um sujeito de direitos, situado historicamente e que precisa ter as suas necessidades físicas, cognitivas, psicológicas, emocionais e sociais supridas, caracterizando um atendimento integral e integrado da criança. Ela deve ter todas as suas dimensões respeitadas. Segundo Zabalza ao citar Fraboni: a etapa histórica que estamos vivendo, fortemente marcada pela “transformação” tecnológico-científica e pela mudança ético-social, cumpre todos os requisitos para tornar efetiva a conquista do salto na educação da criança, legitimando-a finalmente como figura social, como sujeito de direitos enquanto sujeito social” (1998:68). Assim, a concepção da criança como um ser particular, com características bem diferentes das dos adultos, e contemporaneamente como portador de direitos enquanto cidadão, é que vai gerar as maiores mudanças na Educação Infantil, tornando o atendimento às crianças de 0 a 6 anos ainda mais específico, exigindo do educador uma postura consciente de como deve ser realizado o trabalho com as crianças pequenas, quais as suas necessidades enquanto criança e enquanto cidadão.

CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM



A educação tem passado por adaptações e transformações tendo em vista a melhoria da qualidade de ensino. A escola é objeto de muitas discussões e propostas que visam a sua reestruturação, numa sociedade marcada por contradições e desigualdades sociais. Dentre os autores que falam sobre ensino-aprendizagem, Demerval Saviani é um dos mais respeitados, concebe a educação como mediadora entre a prática pedagógica e a prática social. “Não se trata de optar entre relações autoritárias ou democráticas no interior da sala de aula; mas de articular o trabalho desenvolvido nas escolas com o processo de democratização da sociedade”. Enfatiza, ainda, a necessidade de compreender a natureza humana para que se possa compreender a natureza da educação. Considerando o fato de que a educação não se reduz ao ensino e não é um fenômeno restrito ao espaço escolar, ela tem como especificidade a seleção e transmissão de diferentes saberes, específicos para cada espaço onde é praticada: família, igreja, sindicato, escola entre outros. Saviani ressalta alguns passos necessários para se ter uma escola ideal; a possibilidade da troca de saberes, de professores e alunos, em seus diferentes níveis de compreensão, tanto de experiência, como de conhecimento; a preocupação em atuar em questões no âmbito social, verificando conhecimentos que precisam ser alcançados, não apenas apresentando problemas, mas problematizando questões e atuando nas necessidades que elas geram; articular o conhecimento apreendido ao cotidiano do aluno, permitindo a reflexão e consciência de si e do mundo, tornando-os ‘elementos ativos de transformação social; permitir aos alunos, a capacidade de ‘expressarem uma compreensão da prática em termos tão elaborados quanto era possível ao professor. Sendo a escola parte integrante do processo social, garantindo um bom ensino, preparando o aluno para o mundo, proporcionando-lhe a aquisição dos conhecimentos concretos e significativos, fornecendo-lhe instrumental para a sua inserção no contexto social de forma organizada e ativa.

CONCEPÇÃO DE CIDADÃO



Ser cidadão é à liberdade, à igualdade perante a lei: ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais. É a qualidade do cidadão de poder exercer o conjunto de direitos e liberdades políticas, socio-econômicas de seu país, estando sujeito a deveres que lhe são impostos. Relaciona-se, portanto, com a participação consciente e responsável do indivíduo na sociedade, zelando para que seus direitos não sejam violados.

ter direito à vida, propriedade, à

De acordo com Marx (1963), os homens se definem pelo trabalho. Ou seja, a relação homem, natureza e trabalho levou-o a adquirir experiências e conhecimentos, enfrentando desafios, desenvolvendo as capacidades cognitivas, produzindo instrumentos cada vez mais sofisticados. À medida que vão interagindo com o meio e com os outros homens, vão se transformando e se produzindo como homem humanizado. Essa relação é dialética por caracterizar-se enquanto movimento constante entre forças contrárias de interação, entre as partes e o todo, o que impulsiona mudanças. Nesse sentido nosso estabelecimento de ensino trabalha a criança como sujeito histórico e de direitos que, nas suas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentido sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

CONCEPÇÃO DE CULTURA



A cultura é parte do que somos, nela está o que regula nossa convivência e nossa comunicação em sociedade. Até mesmo a nossa forma de vestir está ligada à nossa cultura. Ao tratar do conceito de cultura, a sociologia se ocupa em entender os aspectos aprendidos que o ser humano, em contato social, adquire ao longo de sua convivência. Esses aspectos, compartilhados entre os indivíduos que fazem parte deste grupo de convívio específico, refletem especificamente a realidade social desses sujeitos. Características como a linguagem, modo de se vestir em ocasiões específicas são algumas características que podem ser determinadas por uma cultura que acaba por ter como função possibilitar a cooperação e a comunicação entre aqueles que dela fazem parte.

A cultura possui tanto aspectos tangíveis - objetos ou símbolos que fazem parte do seu contexto - quanto intangíveis - ideias, normas que regulam o comportamento, formas de religiosidade. Esses aspectos constroem a realidade social dividida por aqueles que a integram, dando forma a relações e estabelecendo valores e normas.

Esses valores são características que são consideradas desejáveis ou indesejáveis no comportamento dos indivíduos que fazem parte de uma cultura, como por exemplo o princípio da honestidade que é visto como característica extremamente desejável em nossa sociedade.

As normas são um conjunto de regras formadas a partir dos valores de uma cultura, que servem para regular o comportamento daqueles que dela fazem parte.

CONCEPÇÃO DE DIVERSIDADE



O não reconhecimento da diversidade como um recurso existente na escola e o ciclo constituído pela rotulação, discriminação e exclusão do estudante, contribui para aprofundar as desigualdades educacionais ao invés de combatê-las. A fim de equiparar as oportunidades para todos, nos sistemas educacionais precisa-se promover uma reforma profunda, cuja característica central deve ser a flexibilização do conteúdo curricular e o modo como o currículo é incorporado à atividade escolar.

Neste sentido, o reconhecimento e a abordagem da diversidade constituem o ponto de partida para evitar que as diferenças se transformem em desigualdades e desvantagens entre os estudantes. Isto pressupõe educar com base no respeito às peculiaridades de cada estudante e no desenvolvimento da consciência de que as diferenças resultam de um complexo conjunto de fatores, que abrange as características pessoais e a origem sócio cultural, assim como as interações humanas.

Esta concepção educacional com fundamento social e político atribui ao currículo importante valor de transformação na medida em que proporciona as mesmas oportunidades a todos os alunos e, desta forma, compensa desigualdades sociais e culturais. Algumas das ideias básicas próprias da educação inclusiva foram referidas por Alvarez e Soler (1998), destacando-se as seguintes:

- levar sempre em consideração o fato de que as pessoas são diferentes e que, portanto, a escola deve ajudar cada um a desenvolver suas aptidões no contexto comum a todos, livre de seleção e da consequente classificação de alunos (as) em diferentes tipos de instituições especializadas;
- eliminar o espírito de competitividade, a partir do qual a visão de mundo se restringe a uma corrida na qual apenas alguns conseguirão chegar ao final;
- oferecer oportunidades a todos para compensar as desigualdades existentes, mas sem educar para 'formar pessoas iguais'.

No atendimento à diversidade podem ser apontados alguns princípios, entre os quais, destacam-se:

- personalização em lugar de padronização: reconhecer as diferenças individuais, sociais e culturais dos alunos (as), a partir das quais é orientada a ação educacional;
- resposta diversificada versus resposta uniforme: permite adequar os processos de ensino-aprendizagem às diferentes situações;
- heterogeneidade versus homogeneidade: este princípio realça o valor dos agrupamentos heterogêneos dos alunos com o objetivo de educar com base em valores de respeito e aceitação das diferenças numa sociedade plural e democrática.

CONCEPÇÃO DE IDENTIDADE E DIFERENÇA



Percebe-se objetivamente que as identidades são realmente construídas por meio da diferença, ou seja, para que eu afirme de maneira potencial a minha “identidade”, eu a construo na relação com o Outro, ou ainda, com o que falta, ainda que silenciado e inarticulado. Com isso, torna-se possível afirmar que as identidades estão calcadas no interior de um jogo de poder e de exclusão.

Segundo as abordagens de Silva (2000), acerca do que tange a identidade e a diferença, a identidade é aquilo que se é: “sou brasileiro”, “sou homem”, “sou branco” etc.; e a diferença, em oposição à identidade, é concebida como aquilo que o outro é: “ela é velha”, “ela é mulher”, “ela é branca”. Assim, ambas, a identidade e a diferença, são auto-referenciadas de si próprio e ambas simplesmente existem. Portanto podemos perceber que identidade e diferença estabelecem uma relação de dependência. Quando afirmo que “sou brasileiro”, passo a uma extensa cadeia de “negações”, pois, assim, posso interpretar que “não sou russo”, “não sou alemão” etc. Porém, no momento em que afirmo que ‘sou brasileiro, essa afirmação somente me é possível porque existem outros seres humanos que não são brasileiros. Da mesma forma, quando afirmo que “ela é japonesa”, estou numa cadeia de negações, pois seria como dizer “ela não é brasileira”, “ela não é argentina” e principalmente, ela não é o que eu sou. Para tal, Silva (2000, p.75) menciona que: [...] **‘em geral’, consideramos a diferença como um produto derivado da identidade. Nesta perspectiva, a identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual**

se define a diferença. Isto reflete a tendência a tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos.

Vale lembrar que afirmar a identidade significa também demarcar fronteiras, isto é, simultaneamente passo a incluir e excluir. No instante em que passo a afirmar o que “eu sou”, também, significa que passo a afirmar o que “eu não sou”.

Diferentemente de nossas concepções, é primordial averiguar que a identidade e a diferença estão relacionadas às formas com que a sociedade produz e utiliza as classificações. Essas são realizadas no ponto de vista da identidade, entretanto, dividir e classificar, nesse contexto, também significa hierarquizar. O que se percebe é que as classificações são concomitantemente relações binárias, nas quais não ocorre uma expressão simples da divisão de mundo, e, sim, a concepção de duas classes. Nessas classes certamente ocorrerá uma simetria, ou seja, um dos termos será privilegiado, ocupando uma posição e um valor positivo, enquanto que o outro termo receberá um atributo negativo. Neste sentido, todas as relações de identidade e diferença ordenam-se em torno de posições binárias, como pode ser observado no exemplo: branco/negro, ouvinte/surdo, masculino/feminino.

II - PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DA POPULAÇÃO A SER ATENDIDA E DA COMUNIDADE A QUAL SE INSERE

CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE - O bairro Vila Cruzeiro está localizado na cidade de Paranaguá, estado do Paraná. O bairro conta com 16 ruas e vias, sendo predominantemente residencial, com 95,50% de seus endereços residenciais. O bairro conta com 4.680 habitantes. A população do bairro é composta de 51,62% de mulheres e 48,38% de homens. No bairro existem mais jovens do que idosos, sendo 22,6% jovens e 7,1% idosos.

NÍVEL SÓCIO ECONÔMICO DO BAIRRO - Os "transportes e comunicações" constituem as principais atividades econômicas da população de Paranaguá. Isto resulta em estar localizado no município o Porto de Paranaguá que, em consequência do desenvolvimento da cafeicultura paranaense, ocupa lugar de destaque na vida econômica brasileira. Contribuem, ainda, para a economia municipal: a agricultura, a produção do pescado e a indústria.

O bairro onde está inserido o CMEI é considerado de médio porte, com casas na sua maioria em alvenaria, com comércio local e a infra-estrutura boa. O nosso CMEI apresenta grande procura devido a sua localização e por acolher crianças de 02 a 04 anos, em período parcial e uma turma em período integral. O bairro conta com várias denominações religiosas, como: Igrejas Católicas e Igrejas Evangélicas.

Próximas ao nosso CMEI, temos a Assembléia de Deus, Deus é Amor, Congregação Cristã, A Voz da Verdade, Igreja Internacional da Graça de Deus, Igreja Batista e Universal.

Na Vila Cruzeiro, há restaurantes, bares, padaria, lojas e lanchonetes. Contamos com uma avenida chamada Prefeito Roque Vernalha que liga a população do bairro ao centro da cidade. Possuímos transporte coletivo com tarifa zero, em 2 rotas em seu itinerário: Circular via cais e Circular Via Colégio.

O nível sócio econômico e cultural das pessoas que moram no bairro é variável. Recentemente foi inaugurado um campinho de futebol ao lado do nosso CMEI e há perspectiva de se criar uma sub-prefeitura no bairro.

Nossas crianças do CMEI são crianças de diferentes níveis sociais e com histórias de vida das mais diversas. As famílias estão inseridas num contexto em que muitos vivem só com o pai ou só com a mãe, e alguns outros, são cuidados pelos avós. Nesse sentido, a escola passa a ser um lugar de acolhida e segurança para muitas famílias e comunidade.

São realizadas na instituição diversas atividades, eventos, para promover a participação dos pais, como: reuniões coletivas e individualizadas, rifas, festas e confraternizações com as famílias e também entre as funcionárias.

A comunicação do nosso CMEI com as famílias se dá através da agenda das crianças, que vão e voltam na mochila com avisos e recados tanto da família como das professoras e também através dos grupos de whatsapp, facebook e entrevistas com os pais. Fazemos uso também de avisos no portão tanto para informativos sobre eventos no CMEI como para exposição do cardápio da instituição.



III - ARTICULAÇÃO ENTRE AS AÇÕES DE CUIDAR E EDUCAR E PROCESSO DE ACOLHIMENTO E ADAPTAÇÃO DAS CRIANÇAS E DE SUAS FAMÍLIAS

Na Educação Infantil fica clara a necessidade da construção de uma Proposta Pedagógica centrada na criança e seu processo de desenvolvimento e aprendizagem que considere, não só os educadores e professores, mas também

os familiares no processo educativo. Nesse sentido, as políticas para a infância passaram a incorporar um duplo compromisso: as necessidades das crianças, seus direitos e de suas famílias.

Ao longo do processo de desenvolvimento do ser humano, cuidar de crianças varia de cultura para cultura, de acordo com o que cada sociedade se propõe. Por causa disso não é possível dissociar (separar) o Cuidar do Educar, pois o desenvolvimento das crianças depende de aprendizagens realizadas através das interações estabelecidas com o outro, os quais ao mesmo tempo influenciam e potencializam seu desenvolvimento individual e a construção de um saber cultural.

Assim, Educar e Cuidar são ações que devem ser planejadas, sistematizadas, organizadas, em gestões compartilhadas entre crianças, professores, educadores, pais, cada um deles portadores de diferentes culturas, portanto com diferentes concepções de cuidar. Por isso, é necessário que haja constante diálogo entre as diferentes culturas que circulam no interior do CMEI para que o cuidar/educar seja um processo complementar e indissociável, que tenha como um dos objetivos a autonomia física, intelectual e emocional dos alunos.

Conceber um CMEI para a infância é pensar um espaço educativo com ambientes acolhedores, alegres, seguros, instigadores, com profissionais bem qualificados, organizando e oferecendo experiências desafiadoras. Ou seja, na educação infantil, as atividades devem ser planejadas com o objetivo de atender as necessidades das crianças em suas diferentes fases de desenvolvimento, de modo a contribuir para os processos de construção de sua autonomia.

O CMEI Anita Ribeiro Fontes se caracteriza por ser um ambiente social de aceitação, confiança, de contato corporal, brincadeiras, conversas, onde as crianças conseguem adquirir novas experiências e linguagens corporais, cognitivas, afetivas e emocionais, além de oportunizar o convívio e a construção de relacionamentos.

Nossos professores são mediadores desse processo de construção, observando, interpretando e registrando as ações e reações das crianças com a finalidade de descobrir o que é significativo para elas e as lógicas de suas práticas cotidianas.

Visando uma melhor integração das crianças, uma parceria entre o CMEI e a família, nós como Instituição de Ensino, principalmente no período que corresponde a adaptação das crianças, recebemos as crianças por algumas semanas, permitindo que os pais entrem e deixem seus filhos na porta da sala aos cuidados da professora. Depois de duas semanas, como forma de incentivar a autonomia das crianças, as recebemos no portão e as direcionamos para suas salas. Muitas crianças estranham, choram, mas tudo isso faz parte de um processo.

Nesse âmbito, Balaban (1988) explica que o vínculo afetivo entre os pais e os filhos é, de fato, muito forte. Quando a criança é posta na escola, o processo de separação pode gerar alguns conflitos, tais como, inquietação, choro, dentre outros. A criança, ao separar-se dos pais, sente-se vulnerável. Cabe ao educador, planejar

estratégias que visem ao acolhimento e à inserção dos pequenos nessa nova rotina, trabalhando o sentimento de separação dos familiares.

Para o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), “a maneira como a família vê a entrada da criança na instituição de educação infantil tem uma influência marcante nas reações e emoções da criança durante o processo inicial” (Brasil, 1998, p. 80). Assim, para o RCNEI, estabelecer vínculos entre os pais e responsáveis com a instituição escolar é uma forma de conhecer melhor os hábitos dos novos alunos, sua cultura e suas preferências.

A trajetória escolar marca a vida dos pequenos, pois tudo vivido nesse período influenciará nas etapas seguintes de ensino. Portanto, para se obter êxito na adaptação da criança na escola é primordial construir uma relação pautada no diálogo, no carinho e na segurança junto à família, para que o aluno consiga desenvolver-se de forma satisfatória.



IV - REGIME E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR

- **Calendário Escolar**

De acordo com a Lei Nº. 9394/96, que estabelece a carga horária anual mínima de 800 horas distribuídas por no mínimo 200 dias letivos.

Carga horária semanal de 20 horas para o aluno e 16 horas para o professor em sala de aula, sendo complementada com 4 horas de atividades.

O Recesso Escolar e as Férias deverão ocorrer respeitando o ano letivo de 200 dias, prevendo intervalo em julho e janeiro.

- **Matrículas**

Serão efetuadas matrículas para crianças de 02 anos, respeitando o limite de 12 crianças por turma; Para crianças de 03 anos, respeitando o limite de 20 crianças por turma e para crianças de 04 anos, respeitando o limite de 20 crianças por turma.

- **Organização das Turmas**

As turmas serão organizadas por faixa etária, obedecendo aos critérios abaixo:

Infantil II – nascidos em 2022;

Infantil III – nascidos em 2021;

Infantil IV – nascidos em 2020.

- **Salas de Aula**

04 salas de aula, com 03 turmas pela manhã, 01 turma integral e 03 turmas a tarde.

- **Horário de Funcionamento**

O horário de funcionamento do CMEI é regido pela Secretaria Municipal de Educação que compreende das 07:30 às 11:30 (com abertura dos portões às 07:20 para a entrada e 11:15 para a saída) e das 13:30 às 17:30 (com abertura dos portões às 13:20 para a entrada e 17:15 para a saída).

Turma integral das 07:30 às 16:30 (com abertura dos portões às 07:20 para entrada e 16:20 para a saída).

Atendemos atualmente, 07 turmas, sendo 03 em período parcial manhã, das 07:30 às 11:30; 03 turmas parciais à tarde das 13:30 às 17:30 e 01 turma em período Integral das 07:30 às 16:30.

O dia a dia no CMEI: A criança é recebida em seu horário por um responsável no portão e é conduzida à sua sala de aula. Na sala a professora recebe seus alunos e desenvolve as atividades do dia.

Os portões são abertos às 07:20 e há uma professora responsável para receber as crianças nesse horário. A partir das 7:30 as crianças vão para suas salinhas. Na saída, os portões são abertos a partir das 11:15 pela manhã e à tarde à partir das 17:15.

O CMEI segue uma rotina onde é possível, nas atividades cooperativas, estabelecer regras de convivência e observar os interesses e necessidades das crianças afim de elas poderem também, realizar suas escolhas.

Nas atividades propostas, é levado em conta o grau de interesse que a atividade pode resultar e outros aspectos externos que podem influenciar a conclusão e resultado.

O planejamento das aulas é feito através de um tema gerador, sugerido pelas professoras e também pela Pedagoga e escolhido esse tema, cada professora, respeitando a faixa etária da sua turma, irá elaborar um Projeto de 30 a 45 dias sobre as diferentes vertentes do tema escolhido. Os subsídios utilizados para os Planejamentos, são: O Currículo Municipal e a BNCC.

O planejamento por tema gerador, permite um trabalho consistente, o qual oferece segurança aos professores em executar suas atividades na sala de aula, de maneira que os conteúdos sejam interessantes e dêem sentido e significado a aprendizagem dos alunos. Segundo Kramer (1998), o tema gerador é uma proposta

de organização que busca a significação e amplitude das atividades, de forma que o tema seja o eixo condutor que gera e articula as atividades de modo contextualizado. Nessa modalidade, os professores podem optar em trabalhar por temas desencadeadores da atividade a ser proposta para as crianças. Esses temas podem ser escolhidos pelo professor, sugeridos pelos alunos ou indicados a partir de situações particulares que surgirem no contexto vivenciado. Independentemente da escolha, os temas sempre indicam o trabalho a ser desenvolvido com um determinado grupo de crianças. Dessa forma, é pertinente trabalhar aspectos que façam parte da realidade das crianças e que sejam significativos para os alunos. O ideal é trabalhar com temas interdisciplinares.

As professoras devem escolher temas que atendam às necessidades das crianças, dando sequência aos conteúdos relacionados às áreas de conhecimento como estratégias de ensino-aprendizagem, portanto, para auxiliar o planejamento por temas geradores é necessário definir quais conhecimentos são significativos e como se articulam em torno dos temas. Vale ressaltar, a importância em favorecer a ampliação daquilo que as crianças já conhecem em relação à comunicação, expressão, à matemática, às ciências naturais e às ciências sociais, associando esses conhecimentos.

Com essa estratégia, os professores esperam dar mais sentido ao seu processo de ensino e, ao mesmo tempo, aumentar o engajamento das crianças nas atividades pedagógicas, e, com isso, seu aprendizado.

ROTINA

INTEGRAL - INFANTIL II

MANHÃ

07:20 às 08:00 – Recepção das crianças, troca de vestuário e fraldas, se necessário, e organização da sala;

08:00 às 08:30h – Café da manhã (cardápio elaborado pela nutricionista);

08:30 às 09:00 – Atividades de rotina (chamada, tempo e calendário);

09:00 às 10:00 – Atividades pedagógicas;

10:00 às 10:30 – Hora do almoço;

10:30 às 11:30 – Uso do banheiro, higiene dos dentes, mãos e rosto e troca de fraldas;

11:30 às 13:30 - HORA DO SONINHO

TARDE

13:30 às 14:00 – Acordar as crianças, guardar os colchonetes, organizar a sala.

14:00 às 14:30 – Lanche;

14:30 às 15:45 – Atividades pedagógicas;

15:45 às 16:00 - Jantar;
 16:00 às 16:20 – Uso do banheiro, higiene dos dentes, mãos e rosto, troca de fraldas e organização para a saída.
 16:20 - Saída

TURMAS PARCIAIS – INFANTIL II, III E IV

MANHÃ

07:20 às 08:00 – Recepção das crianças, troca de vestuário e fraldas, se necessário, e organização da sala;
 08:00 às 08:30h – Café da manhã (cardápio elaborado pela nutricionista);
 08:30 às 09:00 – Atividades de rotina (chamada, tempo e calendário);
 09:00 às 10:00 – Atividades pedagógicas;
 10:00 às 10:30 – Hora do almoço;
 10:30 às 11:00 – Uso do banheiro, higiene dos dentes, mãos e rosto e troca de fraldas;
 11:00 às 11:15– Parque ou atividades dirigidas;
 11:15 - Saída.

TARDE

13:20 às 14:00 – Recepção das crianças, troca de vestuário e fraldas, se necessário, e organização da sala;
 14:00 às 14:30 – Lanche;
 14:30 às 15:00 – Atividades de rotina (chamada, tempo e calendário);
 15:00 às 16:00 - Atividades pedagógicas;
 16:00 às 16:30 – Jantar;
 16:30 às 17:00 – Higiene das mãos e do rosto;
 17:00 às 17:15 – Parque ou atividades dirigidas, bem como, Organização dos pertences para a saída;
 17:15 - Saída

PROJETOS PEDAGÓGICOS

A partir desse ano, o nosso planejamento é pautado por projetos dentro de um tema gerador. Essa escolha foi feita em conversa com todas as funcionárias durante a nossa Formação Continuada no começo do ano e tem o objetivo de abordarmos diferentes assuntos.

O trabalho por projetos na educação infantil tem o intuito de dar um sentido criativo à aprendizagem, por meio do despertar da curiosidade, evitando uma sequência de repetições de informação ou treino corriqueiro.

Pautando-se pelo alto envolvimento de estudantes e professores, o projeto de educação infantil é uma forma de estimular a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem. Cabe ao professor mediar o processo de aprendizagem com metodologias e estratégias que levem as crianças a aprenderem por meio da pesquisa, observação, discussão, experimentação e socialização do conhecimento. A ação da criança deve ser sempre incentivada; o protagonismo deve acontecer e ser valorizado ao longo do projeto, de forma natural, contínua, e preservando a orientação espontânea da criança.

Ao lidar com crianças, o maior desafio é criar condições para que elas expandam suas experiências. Nesse sentido, é importante manter a escuta e o diálogo aberto com a turma e prever a possibilidade de encaixar aspectos não previstos no projeto, mas percebidos pelo educador como de grande interesse pelos alunos. O projeto construído com flexibilidade parte do princípio de que não é possível prever com exatidão as interações dos pequenos diante de uma proposta. Então, é fundamental que as atividades sejam criadas com variadas formas, recursos, fontes e possibilidades de socialização dos conhecimentos.

O mais interessante no desenvolvimento de um projeto de educação infantil é que não é apenas a criança a beneficiada. O professor também ganha muito ao se tornar um investigador das orientações, interesses e da cultura da criança, de sua maneira de encarar o mundo e dos modos como os conhecimentos podem ser aplicados. Isso o leva a enriquecer sua própria formação.

O CMEI "Anita Ribeiro Fontes" tem em sua organização, os seguintes projetos:

PROJETO HORTA E ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL - Um projeto que visa o contato e cuidado da criança com a terra e com os frutos que ela nos dá. Cada turma fica responsável em cuidar da sua horta e os alimentos ali produzidos são levados para casa para que a criança sinta a emoção de levar para casa um alimento plantado por ela e seus amiguinhos.



PROJETO TODOS CONTRA A DENGUE - Um projeto que envolve a questão de saúde pública. As crianças recebem orientação com relação aos cuidados com o lixo e participam de uma atividade lúdica com o personagem do Mosquito, com a música que eles adoram dançar e brincar. É feito dinâmicas para melhor assimilação da proposta trabalhada.



PROJETO QUEM CUIDA DE MIM - As crianças trabalham em sala de aula a importância da família. É um projeto realizado no mês de maio com toda a família com o intuito de enaltecer aquele membro da família que dá o seu melhor para nossas crianças em casa. Geralmente realizamos apresentações das crianças e oferecemos um lanche a todos os presentes.



CRONOGRAMAS

Rua: Alzir dos Santos Antunes, 611 Telefone (41)3271 1808
Bairro: Vila Cruzeiro
Paranaguá-PR

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS E FESTIVIDADES

| DATA / MÊS | HORÁRIO | DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE | PARTICIPANTES |
|------------------------------|-------------------------|--|--|
| 08/ MARÇO | MANHÃ 9H E TARDE 15H | GINÁSTICA - DIA DA MULHER | FAMÍLIAS E CRIANÇAS |
| 09/ MAIO | MANHÃ 9H E TARDE 15H | DIA DE QUEM CUIDA DE MIM | TODAS AS TURMAS, FAMÍLIAS E COMUNIDADE EM GERAL |
| 05/ JUNHO | 09:00 / 15:00 | PASSEATA MEIO AMBIENTE | TODAS AS TURMAS |
| 26 a 28/ JUNHO | 09:00 / 15:00 | MOSTRA DOS PARECERES E PORTFÓLIOS AOS PAIS - 1º SEMESTRE | TODAS AS TURMAS EM 3 DIAS DISTINTOS |
| 09/ AGOSTO | 09:00 / 15:00 | GINCANA DA ALEGRIA | TODAS AS TURMAS |
| 29/ AGOSTO | 19:00h | FESTA COUNTRY | TODAS AS TURMAS, FAMÍLIAS E COMUNIDADE EM GERAL |
| 10/ OUTUBRO | 09:00 / 15:00 | SEMANA DA CRIANÇA – GINCANA /FESTA | TODAS AS TURMAS |
| 14/ NOVEMBRO | 09:00 / 15:00 | PREMIAÇÃO DA GINCANA DA FESTA COUNTRY. | CRIANÇAS VENCEDORAS NA GINCANA DA FESTA |
| 04 A 06/ DEZEMBRO | 09:00 / 15:00 | MOSTRA DOS PARECERES E PORTFÓLIOS AOS PAIS - 2º SEMESTRE | |

| | | | |
|-------------------------|---------------|-----------------------|-----------------|
| 12/ DEZEMBRO | 15:00 | VISITA DO PAPAÍ NOEL | TODAS AS TURMAS |
| 13/ DEZEMBRO | 09:00 / 15:00 | APRESENTAÇÃO DE NATAL | TODAS AS TURMAS |

CALENDÁRIO DE REUNIÕES APMF E CONSELHO ESCOLAR

| DATA/MÊS | HORÁRIO | PAUTA REUNIÃO | PARTICIPANTES |
|----------------------|------------------|---|--|
| 10 / ABRIL | 09H – 15H | Apresentação da Instituição e dosMembros | APMF, Conselho Escolar e Comunidade em Geral. |
| 03 / JULHO | 09H – 15H | Tomada de Decisões | APMF, Conselho Escolar e Comunidade em Geral. |
| 06 / NOVEMBRO | 09H – 15H | Gastos Efetuados/Medidas tomadas. | APMF, Conselho Escolar e Comunidade em Geral. |

CALENDÁRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

| DATA/MÊS | HORÁRIO | PARTICIPANTES |
|----------------------|------------------|--|
| 12 / JUNHO | 09H – 15H | PAIS, PROFESSORES, APMF E COMUNIDADE. |
| 11 / SETEMBRO | 09H – 15H | PAIS, PROFESSORES, APMF E COMUNIDADE. |
| 27 / NOVEMBRO | 09H – 15H | PAIS, PROFESSORES, APMF E COMUNIDADE. |

RECURSOS PRÓPRIOS

| FONTE | PRIORIDADES DE APLICAÇÃO | DATA DE EXECUÇÃO |
|--------------|---------------------------------|-------------------------|
|--------------|---------------------------------|-------------------------|

Rua: Alzir dos Santos Antunes, 611 Telefone (41)3271 1808
 Bairro: Vila Cruzeiro
 Paranaguá-PR

| | | |
|---|---|-----------------------|
| <u>Contribuição</u> <u>Voluntária APMF</u> Valor Mensal R\$ 5,00 Valor Anual R\$ 60,00 | Investir em emergências do dia a dia. | DURANTE O ANO |
| FESTAS | PAGAMENTO DE DESPESAS ANTERIORES, DINHEIRO EM CAIXA. | DURANTE O ANO |
| RIFAS | TOLDO | EXPECTATIVA AGOSTO |

O CALENDÁRIO ESCOLAR.

CALENDÁRIO ESCOLAR

2024




EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

| JANEIRO | | | | | | |
|---------|----|----|----|----|----|----|
| D | S | T | Q | Q | S | S |
| | | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 |
| 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 |
| 28 | 29 | 30 | 31 | | | |

DIAS LETIVOS: 8
Férias: 30
Recesso: 0
Feriado: 1

| FEVEREIRO | | | | | | |
|-----------|----|----|----|----|----|----|
| D | S | T | Q | Q | S | S |
| | | | | 1 | 2 | 3 |
| 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 |
| 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 |
| 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | | |

DIAS LETIVOS: 13
Carga Horária: 52
Recesso: 3
Feriado: 0

| MARÇO | | | | | | |
|-------|----|----|----|----|----|----|
| D | S | T | Q | Q | S | S |
| | | | | | 1 | 2 |
| 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 |
| 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 |
| 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| 31 | | | | | | |

DIAS LETIVOS: 20
Carga Horária: 80
Recesso: 0
Feriado: 2

| ABRIL | | | | | | |
|-------|----|----|----|----|----|----|
| D | S | T | Q | Q | S | S |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | |
| 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 |
| 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 |
| 28 | 29 | 30 | | | | |

DIAS LETIVOS: 22
Carga Horária: 88
Recesso: 0
Feriado: 1

| MAIO | | | | | | |
|------|----|----|----|----|----|----|
| D | S | T | Q | Q | S | S |
| | | | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 |
| 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 |
| 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | | |

DIAS LETIVOS: 19
Carga Horária: 76
Recesso: 1
Feriado: 2

| JUNHO | | | | | | |
|-------|----|----|----|----|----|----|
| D | S | T | Q | Q | S | S |
| | | | | | | 1 |
| 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 |
| 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 |
| 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 |
| 30 | | | | | | |

DIAS LETIVOS: 20
Carga Horária: 80
Recesso: 0
Feriado: 0

| JULHO | | | | | | |
|-------|----|----|----|----|----|----|
| D | S | T | Q | Q | S | S |
| | | | | | | 1 |
| 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 |
| 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 |
| 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 |
| 30 | 31 | | | | | |

DIAS LETIVOS: 12
Carga Horária: 48
Recesso: 10
Feriado: 1

| AGOSTO | | | | | | |
|--------|----|----|----|----|----|----|
| D | S | T | Q | Q | S | S |
| | | | | | 1 | 2 |
| 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 |
| 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 |
| 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| 31 | | | | | | |

DIAS LETIVOS: 21
Carga Horária: 84
Recesso: 0
Feriado: 0

| SETEMBRO | | | | | | |
|----------|----|----|----|----|----|----|
| D | S | T | Q | Q | S | S |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 |
| 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 |
| 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 |
| 29 | 30 | | | | | |

DIAS LETIVOS: 21
Carga Horária: 84
Recesso: 0
Feriado: 1

| OUTUBRO | | | | | | |
|---------|----|----|----|----|----|----|
| D | S | T | Q | Q | S | S |
| | | | | | | 1 |
| 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 |
| 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 |
| 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 |
| 30 | 31 | | | | | |

DIAS LETIVOS: 21
Carga Horária: 84
Recesso: 1
Feriado: 2

| NOVEMBRO | | | | | | |
|----------|----|----|----|----|----|----|
| D | S | T | Q | Q | S | S |
| | | | | | | 1 |
| 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 |
| 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 |
| 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 |
| 30 | | | | | | |

DIAS LETIVOS: 20
Carga Horária: 80
Recesso: 0
Feriado: 2

| DEZEMBRO | | | | | | |
|----------|----|----|----|----|----|----|
| D | S | T | Q | Q | S | S |
| | | | | | | 1 |
| 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 |
| 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 |
| 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 |
| 30 | 31 | | | | | |

DIAS LETIVOS: 12
Carga Horária: 48
Recesso: 9
Feriado: 1

LEGENDA

| |
|---|
| FERIAS |
| MEIO-TERMO DO TRIMESTRE |
| FORMAÇÃO CONTINUADA |
| PLANEJAMENTO |
| REFORMULAÇÃO PPP |
| PRÉ - CONSELHO |
| CONSELHO DE CLASSE |
| PCS - CONSELHO |
| DIFERENÇA BOLETO / FECHAMENTO DO ANO LETIVO |
| RECESSO ESCOLAR |

MES PERÍODOS

| MES | PERÍODOS |
|-----|-----------------------------|
| JAN | 01 CONFIRMAÇÃO UNIVERSAL |
| MAR | 29 PASSÃO DE CRISTO |
| MAR | 31 PASCOA |
| ABR | 21 TRINDANTES |
| ABR | 01 DIA DO TRABALHO |
| MAI | 30 CORPUS CHRISTI |
| JUL | 29 ANIVERSÁRIO DE PARANAGUÁ |
| SET | 07 INDEPENDÊNCIA DO BRASIL |
| OUT | 07 NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO |
| OUT | 12 NOSSA SENHORA APARECIDA |
| NOV | 02 FIMADOS |
| NOV | 15 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA |
| DEZ | 25 NATAL |

| | |
|----------------------|-----|
| Dias Letivos | 201 |
| Atividades Coercivas | 12 |
| Carga Horária | 804 |
| Total de Férias | 30 |
| Total de Recesso | 24 |

Periodicidade

1º Trimestre - 08/02 a 17/05 - 66 dias
2º Trimestre - 20/05 a 30/08 - 61 dias
3º Trimestre - 02/09 a 18/12 - 74 dias

Tenille Cibele do Rocio Xavier
Secretária de Educação

Paula da Silva Inacio Pereira
Superintendente de Planejamento Educacional

Ronaldo Cardoso Alboite
Diretor do Departamento de Ensino Fundamental

Tatiana Passos
Diretora do Departamento de Educação Infantil

Calendário Aprovado pelo COMOP/FEA - Secretaria de Educação
Paranaguá, 22 de novembro de 2023.

V - DESCRIÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS, RESGUARDADAS AS ESPECIFICIDADES ETÁRIAS DAS CRIANÇAS E DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O brincar se faz importante, tanto em casa como no ambiente escolar. As instituições de Educação Infantil devem oferecer espaços adequados de atividades lúdicas. Para Vygotsky: *é na brincadeira que a criança se comporta além do comportamento habitual de sua idade, além de seu comportamento diário. A criança vivência uma experiência no brinquedo como se ela fosse maior do que a realidade, o brinquedo fornece estrutura básica para mudanças das necessidades e da consciência da criança* (VYGOTSKY, 1992, p.117).

Como está no Art. 8º das DCNEI, as interações e as brincadeiras são os eixos norteadores da proposta curricular da Educação Infantil. Nessa perspectiva o espaço tem papel fundamental, porque é nele que ocorrerão as brincadeiras, o espaço entra como a dimensão física e a dimensão que possibilita que aquela atividade de imaginação e, também, de imitação seja concretizada.

O Centro Municipal de Educação Infantil possui um espaço físico contendo:

- 04 salas de aula - com espaços diferenciados, porém de acordo com a quantidade de alunos;
- 01 refeitório - que hoje transformou-se numa sala para as educadoras realizarem suas horas-atividades;
- 01 cozinha
- 01 secretaria - que divide espaço com a direção e o espaço para a Pedagoga.
- 01 almoxarifado
- 01 lavanderia
- 01 pátio interno - onde funciona o refeitório das crianças.
- 01 pátio externo - com parquinho e espaços laterais onde podemos realizar atividades com terra e água, horta e brincadeiras diversas.
- 01 banheiro para meninos com chuveiros
- 01 banheiro para meninas com chuveiros
- 02 banheiros para funcionários.

Os espaços das salas permitem mudar móveis de lugar, tirar e colocar painéis e trabalhos nas paredes. As crianças têm acesso aos banheiros que ficam próximos às salas.

O CMEI é um ambiente acolhedor, permitindo que as crianças transitem com facilidade e segurança.

A decoração do CMEI é feita em conjunto com a direção, equipe pedagógica, monitoras e educadoras.

Para a segurança das funcionárias e das nossas crianças, contamos com a Patrulha Municipal, um serviço da Guarda Municipal que faz a ronda garantindo assim a segurança de todos. São disponibilizados números de telefone direto e ramal para que possamos entrar em contato sempre que necessário.

Como parte da segurança também, todas as funcionárias participam do Curso da Brigada Escolar e todo o CMEI faz simulados sobre Plano de Abandono Escolar, duas vezes ao ano.

VI - RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS, ESPECIFICANDO CARGOS E FUNÇÕES, HABILITAÇÃO E NÍVEIS DE ESCOLARIDADE

| CARGO/ FUNÇÃO | PROFISSIONAL | HABILITAÇÃO | NÍVEL DE ESCOLARIDADE |
|---------------------|--|--|---------------------------------------|
| Diretora | Selma Modesto Leandro | - Magistério - Pedagogia - Ecoturismo | - Ensino Superior - Especialização |
| Pedagoga | Marielza de Fátima Pereira da Silva Coelho | - Magistério - Letras - Pedagogia - Educação Infantil | - Ensino Superior - Especialização |
| | Ana Cláudia Akemi da Silva | - Magistério - Serviço Social | - Ensino Superior |
| | Ana Maria Mar- onitti | - Magistério | |
| | Flávia Regina Lopes Pereira | - Magistério | |
| Educadoras Infantis | Geiza Alves do Nascimento | - Magistério - Pedagogia | - Ensino Superior |
| | Letícia de Oliveira | - Magistério | |
| | Maria da Luz dos Santos Maletzke | - Magistério - Pedagogia | - Ensino Superior - Especialização |
| | Raffaella Ma- tozo Tromer | - Médio Completo | - Ensino Superior - |
| | Silvana Ferreira | - Magistério | |
| | Simone Leandro do Am- aral | - Médio Completo | |
| | | | |

| | | | |
|-----------------|-----------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|
| Monitoras | Cristiane de Paula Silva | - Magistério | |
| | Josiane Martins | - Magistério - Pedagogia | - Ensino Superior - Especialização |
| | | | |
| Serviços Gerais | Josélia Martins | - Médio Completo | |
| | Renata de Paula C. Bernardo | - Médio Completo - Pedagogia | - Ensino Superior - Especialização |
| | | | |
| Estagiárias | Eduarda | - Magistério | |
| | Francelise | - Médio Completo | |
| | Joice | - Magistério | |
| | Mirian | - Magistério | |
| | Taiane | - Médio Completo | |

VII POLÍTICAS DE INCLUSÃO

A Educação Infantil como direito social é recente no cenário das políticas públicas brasileiras, fruto de lutas dos movimentos sociais, no final da década de 1980, tendo a Constituição Federal de 1998 reconhecido a infância e garantido o acesso de crianças a creches e pré-escolas. Assim, a Educação Infantil foi concebida como dever do Estado e opção da família. Além disso, no tocante à educação de crianças com deficiência, o texto constitucional prevê o AEE a ser ofertado preferencialmente na rede regular de ensino.

Nesse período, a política delineada para a infância tinha cunho assistencialista e não se destinava a todas as crianças; apenas àquelas consideradas sem deficiências. Já as crianças pequenas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento recebiam atendimento educacional em escolas especiais, sobretudo as filantrópicas de caráter terapêutico.

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), criado pela Lei nº. 8.069/1990, oportunizou um avanço para a inclusão de crianças com deficiência no cenário educacional brasileiro, ao apresentar o princípio da proteção integral e assegurar a igualdade de condições para o acesso e permanência em escola pública e gratuita, próxima da residência do educando.

Em 1994, a Política Nacional de Educação Especial, em suas diretrizes gerais, irá apontar a necessidade de estimulação essencial de crianças com necessidades especiais na Educação Infantil e a implementação de “[...] atendimentos especializados às crianças da primeira infância, de 0 a 3 anos, com

base em diagnóstico que envolva procedimentos de avaliação global” (BRASIL, 1994a, p. 59). No mesmo ano, a Política Nacional de Educação Infantil, por sua vez, irá indicar que “[...] as crianças com necessidades especiais devem, sempre que possível, ser atendidas na rede regular de creches e pré-escolas” (BRASIL, 1994b, p. 16).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, representou um avanço ao posicionar o atendimento à criança para além de um caráter assistencialista, destacando o seu direito a uma educação de qualidade. Nessa direção, assegurou a conquista democrática da igualdade de direitos em relação à Educação Infantil, concebendo-a como a primeira etapa da Educação Básica, com a finalidade do desenvolvimento integral de “todas” as crianças, incluindo as com necessidades educacionais especiais, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Assim, a LDB trouxe como responsabilidade dos sistemas municipais de educação a estruturação e a organização de creches (0-3 anos) e pré-escolas (4-6 anos, posteriormente, de 4-5 anos) (BRASIL, 1996). Para a implementação dessa proposta, foi elaborado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), que enfatizava como eixos do projeto pedagógico a diversidade, a interação, a comunicação, o brincar e a socialização das crianças por meio de sua participação nas diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma. A recomendação para a inclusão é sinalizada no documento, com destaque para uma Educação Infantil que respeite as diferenças e que acolha as crianças com necessidades educacionais especiais e suas famílias (BRASIL, 1998).

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, de 2001, colocaram como desafio para os sistemas de ensino e comunidades escolares a construção de uma educação que atendesse à diversidade e às necessidades educacionais especiais de todos os seus alunos. No que concerne à Educação Infantil, esse documento não aprofundou questões de âmbito político, de organização do sistema e da elaboração de projetos pedagógicos inclusivos.

Contraditoriamente, enquanto orientava a matrícula de estudantes Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) nas escolas comuns da rede regular de ensino, mantinha a possibilidade do AEE substitutivo à escolarização em escolas e classes especiais.

Em meados dos anos 2000, novos contornos políticos passaram a direcionar a educação de crianças com deficiência. Em 2006, o Ministério da Educação publica o documento Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos, do qual destacamos dois objetivos: a garantia do acesso de crianças com necessidades educacionais às instituições de Educação Infantil e de formação continuada de professores para inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais em creches e pré-escolas (BRASIL, 2006). Ainda, as diretrizes do referido documento compreendem que “[...] a educação de crianças com necessidades educacionais especiais deve ser realizada em conjunto com as

demais crianças, assegurando-lhes o atendimento educacional especializado mediante avaliação e interação com a família e a comunidade” (BRASIL, 2006, p. 17).

Nesse processo, a publicação, em 2008, da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva representou um grande avanço conceitual na educação brasileira, definindo a Educação Especial como modalidade não substitutiva à escolarização, que perpassa todos os níveis e modalidades de ensino, trazendo o conceito de AEE complementar ou suplementar à formação dos estudantes e a definição do PAEE – alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva visa orientar os sistemas de ensino a garantir: o acesso, a participação e a aprendizagem do PAEE nas escolas comuns; a transversalidade da Educação Especial (que deve perpassar por todos os níveis, etapas e modalidades de ensino); o AEE; a continuidade nos níveis mais elevados de ensino; formação de professores para o AEE e formação dos demais profissionais da educação para a inclusão; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade; a articulação intersetorial das políticas públicas (BRASIL, 2008). Conforme esta Política:

A inclusão escolar tem início na Educação Infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de intervenção precoce que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social (BRASIL, 2008).

Em busca pela articulação entre os diferentes sistemas de ensino, o Ministério da Educação lançou o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, tendo em vista a universalização do ensino, com diretrizes, metas e estratégias para eliminação das desigualdades de acesso à educação. Esse documento representa um grande avanço quanto à ampliação da escolarização e das oportunidades educacionais, principalmente quanto à universalização da Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e à ampliação da oferta de educação em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final de vigência do referido PNE.

No que se refere a garantia do direito de inclusão da pessoa com deficiência, no ano de 2015, é instituída a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), nesta Lei encontramos definido como crime a recusa, a cobrança de valores adicionais, suspensão, procrastinação, cancelamento ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência, garantindo assim o direito ao acesso e permanência escolar da pessoa com deficiência sem ser prejudicada por sua condição.

Nesta mesma lei também encontramos definido a disponibilização do profissional de apoio, em seu artigo XIII, profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.

Em nosso CMEI temos crianças autistas com laudo, temos alguns casos suspeitos e alguns casos já encaminhados. Em Paranaguá podemos contar com o CMAE (Centro Municipal de Atendimento Especializado) O Centro de Referência do Autista e também a SEMI (Secretaria Municipal de Inclusão).

Além dessa parceria, contamos também com famílias bem envolvidas e comprometidas com o trabalho que desenvolvemos em nossa instituição.

O CMEI atende a todas as crianças de forma a favorecer o seu envolvimento nas atividades e o seu progresso tanto intelectual, social, físico, como o emocional, buscando promover o desenvolvimento da criança em sua integralidade. Buscamos ver com muito cuidado, carinho e atenção as particularidades de cada criança.

Ao percebemos que uma criança não está se desenvolvendo de forma esperada dentro da sua faixa etária, contatamos a família e juntos procuramos conhecer melhor rotina da criança em seu meio familiar.

Nos casos mais pontuais, realizamos uma entrevista, apresentamos estímulos para serem trabalhados em casa, buscamos elaborar atividades mais direcionadas às dificuldades apresentadas pela criança e caso não tenhamos avanços ou seja, um caso mais delicado, realizamos o encaminhamento ao CMAE para uma avaliação especializada com o consentimento da família.

Para os alunos matriculados no CMEI e que possuem laudo médico, realizamos uma entrevista com a família para poder conhecer melhor a criança e entender as suas dificuldades e necessidades de adaptações curriculares.

A cada trimestre, o educador elabora, a pedido da família e do profissional de saúde que acompanha a criança, um relatório do desenvolvimento da criança em sala de aula, suas evoluções e avanços, realizando desse modo, uma parceria com a rede de apoio.

VIII - DIREITOS HUMANOS

Apesar de o senso comum acreditar que Direitos Humanos são uma espécie de entidade que dá suporte a algumas pessoas ou que são uma invenção para proteger alguns tipos de pessoas, eles, na verdade, são muito mais do que isso.

Existem vários documentos que legislam sobre os Direitos da Criança e sobre o respeito à Diversidade e os Direitos Humanos na Educação Infantil.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é o principal deles. Depois da Declaração, foram criadas diversas legislações para a garantia de uma educação que respeite a Diversidade e os Direitos Humanos, para que as crianças tenham seus direitos reconhecidos e para que as características peculiares dessa etapa da vida sejam respeitadas.

A educação é a ferramenta que mais contribui com o desenvolvimento pessoal. É por isso que ocupa o status de direito humano.

A Educação em direitos humanos tem objetivo de educar as pessoas para se sentirem cidadãos responsáveis e com direitos.

Na prática, a Educação para os Direitos Humanos na Educação Infantil deve começar pela postura do professor ao interagir com a criança. Essa postura deve se firmar no cuidado com todas as suas diferenças, colocando as crianças como protagonistas do processo de aprendizagem. Uma educação pautada nos direitos humanos possibilita que os alunos sejam sujeitos ativos e não apenas aceitem passivamente os conteúdos impostos. E sim que questionem e reflitam criticamente.

O CMEI busca promover uma cultura de respeito à dignidade humana promovendo vivências pautadas em valores como igualdade, tolerância, justiça, empatia e paz.

Além de levar o tema para a sala de aula, o CMEI procura vivenciar os direitos humanos nas suas práticas e vivências diárias. Os direitos da criança fazem parte da nossa cultura institucional.

IX – EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

O estudo das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana busca o reconhecimento e a valorização da identidade, da história e da cultura dos afro-brasileiros. Por isso, efetivar essa prática é garantir os direitos de cidadãos, a importância e a igualdade de valorização da nação brasileira especialmente das matrizes africanas e indígena.

Desse modo, a aprendizagem sobre a História e Cultura Afro-Brasileira é além de ensinar que a África é o berço da humanidade e contar peculiaridades da África que ainda são pouco conhecidas entre nós. Em outras palavras, que nossos alunos saibam da rica contribuição da cultura africana nos aspectos artístico, econômico, social e entre outros.

Nessa perspectiva, o estudo da Cultura Indígena, também, se encaminha em uma aprendizagem sobre a história dos primeiros habitantes do Brasil e de sua marginalização progressiva, histórica, geográfica e cultural. Refletir em relação a essas questões e questionar os estereótipos construídos ao longo de séculos, quanto apresentação da identificação dos autóctones latinos americanos é um importante exercício de reconhecimento dessas etnias/nações em território nacional.

Por fim, propiciar aos estudantes a compreensão do conhecimento dos africanos e indígenas, tal como de seus ascendentes e descendentes na participação, contribuição e construção da história do Brasil.

X – ARTICULAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E COMUNIDADE

O primeiro dia no CMEI costuma proporcionar uma cena clássica: enquanto os pais ou responsáveis seguram as lágrimas, educadores tentam conquistar a confiança das crianças. A partir daí cada um segue para o seu lado, e um portão marca a divisão entre família e escola. Essa separação é comum, mas o envolvimento entre ambos os lados é fundamental para garantir o desenvolvimento pleno das crianças na educação infantil.

Diversas pesquisas já demonstraram que as experiências vivenciadas nos primeiros anos de vida têm um impacto significativo na formação das crianças.

Nesse contexto, a educação infantil, seja em casa ou na escola, assume papéis complementares, que também implicam compartilhar responsabilidades.

O CMEI "Anita Ribeiro Fontes" preza bastante pela proximidade da família e estabelece uma parceria com toda a comunidade escolar, promovendo encontros pedagógicos com os pais para que conheçam a filosofia, as finalidades, objetivos e os procedimentos didáticos do CMEI. Nesses encontros é possível realizar com eles uma Avaliação Institucional, e estreitar laços.

Realizamos reuniões, festas e apresentações com o intuito de aproximar cada vez mais os pais da rotina escolar dos filhos, pois entendemos o quão importante são essas participações dos pais para as nossas crianças. A afetividade expressa nesses momentos é primordial para garantir segurança, fortalecer vínculos e garantir um bom desenvolvimento das nossas crianças.

Promovemos durante o ano, atividades como: Passeata do Meio Ambiente, Apresentações, Festa da Primavera, Arraiá ou Festa Country, Gincana de Dia dos Pais, Apresentação de Natal, Visita do Papai Noel e muitas outras atividades.

XI – PLANO DE CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO A QUALQUER TIPO DE VIOLÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, AO BULLING E CYBERBULLYING

O Decreto nº 10.701, de 17 de maio de 2021, que instituiu o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, previu a criação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, cujo processo de construção tem demandado um intenso diálogo e articulação com os atores e parceiros governamentais e da sociedade civil, a fim de que possam discutir a política de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes sob as óticas da multidisciplinariedade, regionalização e intersetorialidade.

No município de Paranaguá existe uma rede de apoio bastante comprometida em formar os agentes educadores, bem como toda a comunidade envolvida; as supervisoras da SEMEDI sempre estão em constante repasse de cursos para os CMEIs, a fim de colaborar no enfrentamento contra a violência à criança, exemplos: Cursos de Escuta Especializada, Projeto Ser Criança e Palestras sobre Abuso Sexual.

XII - A GESTÃO ESCOLAR EXPRESSA ATRAVÉS DE PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS E DE FORMA COLEGIADA, EFETIVANDO A PARTICIPAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR

A gestão democrática da escola, contemplada como exigência em nosso Projeto Político Pedagógico, na Constituição Federal, assim como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, presume que as relações de poder dentro das instituições de ensino devam gerar integração, cooperação e participação, e, para isso, as propostas precisam ser construídas e reconstruídas pelas próprias pessoas envolvidas com a escolarização.

Neste contexto, as pessoas envolvidas são todas aquelas que fazem parte da comunidade escolar: alunos, pais, professores, pedagogos, diretor(a), funcionários, os quais muitas vezes são representados pelos colegiados, sejam eles Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), Conselho Escolar, Grêmios Estudantil, Conselho de Classe.

Ser democrático é respeitar os ritmos, as dificuldades, a linguagem e a cultura de cada um, em suas diferenças. As propostas não podem ser impostas, precisam ser construídas e reconstruídas com as pessoas envolvidas (Celso Vallim, 2004).

Focar a gestão escolar com ações democráticas significa a permanente absorção de fins pedagógicos para que a escola possa almejar a sua função social.

E, sendo assim, é preciso considerar a educação como processo de apropriação da cultura humana produzida historicamente, e a escola, como instituição que provê a educação sistematizada. É importante ter claro que ao falarmos em objetivos de escola pública, os mesmos tenham seu atendimento voltado às camadas trabalhadoras.

Percebemos que muitos avanços foram conquistados no sentido de termos uma escola melhor e democrática. Os avanços são significativos, porém, a escola não está isenta de dificuldades. A gestão democrática, vem acontecendo com avanços, mas também com retrocessos na construção de sua história. Isto é constatado na medida em que a comunidade escolar tem a oportunidade de opinar e decidir sobre as relações da escola. Ou seja, o fato de pais, alunos, professores e funcionários participarem das reuniões, não significa que estejam participando do processo. Muitas vezes, essa participação, acontece de forma limitada. Os colegiados dão anuência as questões algumas vezes já decididas e isso, por vezes, é resultado da falta de uma consciência participativa, falta de uma cultura organizacional.

Faz-se necessário ressaltar, que é fundamental a harmonia democrática entre o discurso e a prática. A democracia não é algo transmitida, delegada, que se permita fazer e sim, é algo a ser conquistado.

Para a democratização da gestão escolar é de vital importância a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar. Que possam sentir-se ativos e valorizados, sendo estes o grande suporte do gestor nas tomadas de decisões.

E neste sentido, o papel do diretor é relevante, pela sua atuação, postura, mediação e compromisso. Estando a frente da escola, deve primar por relações horizontais de cooperação e solidariedade e estar comprometido com os interesses da comunidade em que a escola está inserida.

XIII – PLANO DE AÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR

Os principais objetivos do Conselho Escolar são a democratização das relações no interior da escola, promover a cidadania, acompanhar e avaliar o trabalho pedagógico desenvolvido pela comunidade escolar, garantir o cumprimento da função social e da especificidade do trabalho pedagógico da escola, de modo que tudo isso esteja pautada nos princípios da gestão democrática. É representado por pais, profissionais do estabelecimento e representantes da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF).

O Conselho Escolar do CMEI "Anita Ribeiro Fontes" se reúne trimestralmente para tratar das demandas da instituição, conforme calendário de reuniões já informado acima.

XIV – PLANO DE AÇÃO DO DIRETOR

JUSTIFICATIVA - As propostas explicitadas neste plano de gestão foram desenvolvidas baseadas no contexto do CMEI, levando em consideração o protagonismo das nossas crianças e oportunizando uma educação inclusiva, onde haja a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, assegurando um lugar harmonioso e acolhedor. A partir dessas questões, o entendimento, execução e avaliação das ações propostas nesse plano deverão ser analisadas e estruturadas para uma real concretização das mesmas.

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR – O CMEI "Anita Ribeiro Fontes" está localizado na Rua Alzir dos Santos Antunes, nº 611 no Bairro Vila Cruzeiro.

ORGANIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO - Atualmente, o CMEI atua com 10 profissionais de Educação e 122 alunos matriculados, distribuídos em sete turmas, sendo: duas turmas de Infantil II, no período Integral e vespertino; duas turmas de Infantil III, no período matutino e vespertino e duas turmas de Infantil IV no período matutino.

A comunidade em que o CMEI está inserido possui uma clientela que trabalha em diversos setores, sendo: portuários; logistas; diaristas; mecânicos; pedreiros; atendentes de padaria; profissionais da área de Educação entre outros. O horário de atendimento do CMEI é das 07:20 as 11:30 (turmas parciais manhã); 07:20 às 16:30 (turma Integral) e das 13:20 as 17:30 (turmas parciais tarde). O CMEI está localizado numa praça foi recém-inaugurado uma quadra de futebol e temos a oportunidade de usufruir, levando nossas crianças até lá.

Nossas educadoras possuem formação no Magistério e/ou Pedagogia, também havendo as que possuem Pós-Graduação. Nosso quadro de profissionais é composto de: Gestora, Pedagoga, Educadoras Infantis; Monitoras, Estagiárias e Serviços Gerais.

COMPETÊNCIA 1 - COORDENAR A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS: Promover a integração da Equipe Escolar; Promover interação e diálogo entre comunidade escolar interna e externa; Promover oportunidades para realização de estratégias de aprendizagem diferenciadas; Promover momentos de discussão e realização de planejamento escolar e atividades afins;

DESAFIOS: Comprometimento da equipe no que diz respeito a integração e ao espírito de equipe, em que o medo do novo e o apego às metodologias que confrontam com as propostas da Secretaria de Educação e acabam por gerar resistências.

-AÇÕES: Desenvolver uma gestão democrática, visando o bem comum da instituição; Promover reuniões e discussões acerca de estratégias para melhor desenvolver o processo de ensino-aprendizagem; Promover reuniões pedagógicas que envolvam a Equipe Escolar e a família dos alunos;

CENÁRIO ATUAL: Resistência da equipe diante das propostas pedagógicas sugeridas pela Secretaria de Educação; Necessidade de ajustes na rotina administrativa a fim de melhor integração no ambiente de trabalho para proporcionar o trabalho em equipe;

CENÁRIO PRETENDIDO: Promoção de um ambiente de trabalho sadio, produtivo e eficiente, que atenda as demandas do processo de ensino-aprendizagem, proporcionando interação entre os profissionais de educação, comunidade escolar e Secretaria de Educação;

PRAZO PARA A CONCLUSÃO DAS AÇÕES: No decorrer da gestão.

COMPETÊNCIA 2 - PREZAR PELA CULTURA ORGANIZACIONAL

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS: Garantir que a Equipe Escolar tenha seu trabalho pautado nas diretrizes da BNCC, PPP e demais orientações legais que regem o trabalho pedagógico e administrativo da instituição; Garantir que os registros documentais da instituição estejam devidamente organizados e atualizados;

DESAFIOS: Centralização do trabalho administrativo em principal no gestor, necessitando de uma descentralização para atender as demandas administrativas de maneira mais eficiente.

-AÇÕES: Distribuir e delegar funções para melhor atender as demandas pedagógicas e administrativas; Manter a documentação da instituição organizada e devidamente atualizada;

CENÁRIO ATUAL: Demanda administrativa muito centrada no gestor que, compromete um cumprimento de demandas mais eficientes;

CENÁRIO PRETENDIDO: Descentralizações que permitam cumprimentos de demandas de maneira eficiente, para melhor desempenho organizacional, tendo um secretário ou estagiário;

PRAZO PARA A CONCLUSÃO DAS AÇÕES: No decorrer da gestão;

COMPETÊNCIA 3 - COLOCAR A BNCC EM PRÁTICA

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS: Promover experiências que coloque a criança como protagonista do processo de ensino-aprendizagem; Desenvolver um ambiente educacional que promova a cidadania e o pertencimento; Desenvolver experiências para trabalhar as competências a partir do lúdico; Resignificar datas comemorativas junto ao Calendário Escolar;

-DESAFIOS: Integração de projetos e metodologias que desenvolvam o trabalho com as competências abordadas nas diretrizes da BNCC, de maneira a garantir o desenvolvimento da cidadania da criança, por meio da protagonização da mesma no processo de ensino-aprendizagem através de um ensino público e de qualidade.

-AÇÕES: Promover atividades que trabalhe as datas comemorativas de maneira significativa; Promover atividades de contação de histórias e visitas a pontos turísticos de Paranaguá; Proporcionar atividades de vivências no entorno da instituição, desenvolvendo o sentimento de pertencimento e contato com o meio ambiente;

CENÁRIO ATUAL: Resistências a outras abordagens metodológicas por conta da insegurança e o medo do novo;

CENÁRIO PRETENDIDO: Trabalho pedagógico com metodologias integradas e pautadas nas competências da BNCC, que traga o protagonismo da criança no processo de ensino aprendizagem, buscando o desenvolvimento da cidadania do aluno;

PRAZO PARA A CONCLUSÃO DAS AÇÕES: No decorrer da gestão;

COMPETÊNCIA 4 - VALORIZAR A EQUIPE ESCOLAR

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS: Promover atividades que aborde a saúde dos profissionais; Incentivar a realizar avaliações médicas periodicamente; Promover atividades de formação continuada;

DESAFIOS: As consequências ainda presentes do período da pandemia na vida e saúde dos profissionais da Educação;

-AÇÕES: Promover palestras com psicólogos; Promover ginástica laboral; Promover palestras motivacionais; Promover oficinas de portfólio; Divulgar cursos de formação continuada; Promover visitas em outras instituições para troca de experiências; Tarde brincante com a equipe escolar e comunidade; Enaltecer o trabalho da equipe escolar;

CENÁRIO ATUAL: Ainda há reflexos negativos após a pandemia com relação à saúde física e psicológica fragilizada dos nossos profissionais.

CENÁRIO PRETENDIDO: Ambiente de trabalho sadio e acolhedor, promovendo e resgatando a motivação dos profissionais;

PRAZO PARA A CONCLUSÃO DAS AÇÕES: No decorrer da gestão;

COMPETÊNCIA 5 - COORDENAR O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS: Garantir a participação da comunidade escolar na construção e atualização do PPP;

DESAFIOS: Interação da comunidade escolar externa e interna para a elaboração e atualização do PPP, garantindo uma gestão democrática atuante;

-AÇÕES: Promover reuniões com a comunidade escolar para discussões relevantes para compor o PPP, de maneira a promover eventuais melhoras e resolver problemas próprios do cotidiano escolar; Promover Gestão Democrática e interação da comunidade escolar;

CENÁRIO ATUAL: Embora haja um bom relacionamento com a comunidade escolar, é necessário manter a atuação da comunidade externa dentro dos assuntos pedagógicos da instituição;

CENÁRIO PRETENDIDO: Realidade em que a comunidade externa compreenda o grande papel que têm na construção das práticas pedagógicas da instituição, entendendo que a interação entre a comunidade escolar é primordial;

PRAZO PARA A CONCLUSÃO DAS AÇÕES: No decorrer da gestão;

COMPETÊNCIA 6 - GERENCIAR OS RECURSOS COM EFICIÊNCIA

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS: Realizar o levantamento de materiais prioritários para eficiente aplicação dos recursos financeiros da instituição; Aplicar os recursos de acordo com a necessidade da instituição, cumprindo o Plano Estratégico de Aplicação Financeira;

DESAFIOS: Comprometimento mais ativo da APMF.

-AÇÕES: Realizar reuniões e ações com a APMF; Diagnóstico de necessidades da escola junto a APMF e os setores da equipe escolar; Viabilizar a colocação de um toldo ou construir uma cobertura em frente ao CMEI para a proteção de todos; Realização de reuniões periódicas para Prestação de Contas;

CENÁRIO ATUAL: AMPF pouco atuante, embora a comunidade escolar seja ativa e colaborativa;

CENÁRIO PRETENDIDO: AMPF voltando a ser ativa e atuante, de modo a garantir as manutenções necessárias e melhorias para a instituição;

PRAZO PARA A CONCLUSÃO DAS AÇÕES: No decorrer da gestão;

COMPETÊNCIA 7- TER PROATIVIDADE

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS: Promover discussões para resolução de problemas junto a equipe escolar; Oportunizar ações baseadas em estratégias que visam a melhorar o trabalho escolar em diferentes setores;

DESAFIOS: Resistências a propostas que venham a conflitar com metodologias e/ou demandas pedagógicas e administrativas;

-AÇÕES: Desenvolver na equipe escolar a autonomia e o espírito de equipe a partir da troca entre equipe pedagógica e equipe gestora;

CENÁRIO ATUAL: Equipe escolar pouco integrada e resistente às novas perspectivas;

CENÁRIO PRETENDIDO: Equipe escolar integrada, com autonomia e aberta às novas perspectivas;

PRAZO PARA A CONCLUSÃO DAS AÇÕES: No decorrer da gestão;

COMPETÊNCIA 8 - PROMOVER A PARCERIA ENTRE A ESCOLA, FAMÍLIAS E COMUNIDADE

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS: Buscar ter um bom relacionamento com a comunidade externa de maneira a mostrar sua importância e impacto dentro da instituição;

-DESAFIOS: Fortalecer e estreitar a relação da instituição com a comunidade externa;

-AÇÕES: Promover ações e visitas do comércio local e demais empresas da comunidade escolar; Promover atividades com os alunos e suas famílias de maneira acolhedora e lúdica; Promover atividades e projetos artísticos de maneira a valorizar a arte local;

CENÁRIO ATUAL: Ações e projetos a serem realizados com a comunidade escolar.

CENÁRIO PRETENDIDO: Estreitar mais as relações com a comunidade externa, de modo a oportunizar a aplicação de ações e projetos importantes para a comunidade escolar;

PRAZO PARA A CONCLUSÃO DAS AÇÕES: No decorrer da gestão;

COMPETÊNCIA 9 - PROMOVER O RESPEITO E A EMPATIA

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS: Primar pela empatia, ética e respeito na comunidade escolar; Promover ações pautadas no respeito e inclusão; Promover mediações de conflitos;

-DESAFIOS: Gerar a reflexão e a busca do respeito mútuo de maneira a não gerar atos e/ou respostas resistentes/violentas;

-AÇÕES: Garantir que o clima de trabalho seja respeitoso, empático e respeitoso, pautado no Código de Ética e demais documentos legais que defendem e respaldam a garantia a um local de trabalho sadio e acolhedor; Mediar conflitos de maneira que se garanta a resolução do problema de maneira respeitosa, ética e profissional; Garantir que não haja ações de constrangimento, assédio ou qualquer tipo de violência dentro da instituição; Promover atividades que promovam a discussão e reflexão acerca de pautas inclusivas;

CENÁRIO ATUAL: A atual gestão já vem promovendo práticas para garantir a empatia, o respeito, a discussão e reflexão das pautas inclusivas, acolhendo a todas as crianças e familiares;

CENÁRIO PRETENDIDO: Buscar mais ações para a discussão e reflexão de pautas inclusivas, principalmente com atividades e/ou projetos;

PRAZO PARA A CONCLUSÃO DAS AÇÕES: No decorrer da gestão;

COMPETÊNCIA 10 - INCENTIVAR UM AMBIENTE BASEADO EM VALORES

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS: Incentivar a autonomia e participação mais ativa da equipe escolar no processo de planejamento e aplicação das ações pedagógicas/administrativas;

-DESAFIOS: Resistência ao novo e insegurança ao se integrar as concepções pedagógicas diferentes das que comumente desenvolvem nas práticas pedagógicas;

-AÇÕES: Incentivar coletivamente o senso de autonomia; Promover discussões acerca das práticas pedagógicas e das concepções elencadas como sendo mais significativas;

CENÁRIO ATUAL: Resistência ao novo.

CENÁRIO PRETENDIDO: Uma equipe escolar mais integrada, autônoma e atuante nas ações das práticas pedagógicas;

PRAZO PARA A CONCLUSÃO DAS AÇÕES: No decorrer da gestão;

OBSERVAÇÕES FINAIS

Buscar parcerias em projetos artísticos (pintura, música, teatro, dança, contação de história); Contar a história de Paranaguá e visitar pontos turísticos da cidade; Tarde brincante com os profissionais do CMEI e visitantes de outros estabelecimentos de ensino; Garantir junto a Prefeitura a Sala Multiuso; Evento no Teatro "Rachel Costa";

"Não existe melhor motivação para realizar um bom trabalho do que sentir paixão pelo que se faz".

XV – PLANO DE AÇÃO DO PEDAGOGO

1. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA AÇÃO DOS PEDAGOGOS

Gestão democrática e participativa;

Trabalho coletivo;

Ética profissional;

Educação de qualidade;

Comprometimento político pedagógico.

2. METAS A ALCANÇAR:

Formação continuada em serviço e em parcerias com outros CMEI's

3. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

3.1. A Organização do Trabalho Pedagógico no Cotidiano do CMEI

| Ação | Data/ Período |
|---|-------------------|
| Correção /atualização / implementação do Projeto Político Pedagógico da Escola | Fevereiro / Julho |
| Organização do trabalho pedagógico no coletivo do CMEI: Espaço e tempo escolar | Durante o ano |
| Organização da prática pedagógica | Diariamente |
| Formação continuada dos profissionais da instituição | Trimestralmente |
| Relação entre escola e comunidade | Diariamente |

3.2. (Re) Construção / Implementação do Projeto Político Pedagógico

| Ação | Data/Período |
|--|-----------------------|
| Elaborar o Plano de Ação da Equipe Pedagógica | Março |
| Organizar um memorial com registros, encaminhamentos com definição de metas | Março/Julho |
| Coordenar as adequações do Projeto Político-pedagógico | Sempre necessário que |
| Criar condições para a participação dos profissionais do CMEI e comunidade na atualização do Projeto Político Pedagógico | Semestralmente |

3.3. Organização do trabalho pedagógico no coletivo do CMEI

Organização do espaço e tempo escolar

| Ação | Data/Período |
|------|--------------|
|------|--------------|

| | |
|---|----------------|
| Organizar e acompanhar o Planejamento coletivo | Periodicamente |
| Planejar e organizar espaços e tempos da instituição | Quinzenalmente |
| Orientar e verificar o controle de frequência diária com registros dos conteúdos e observações pertinentes | Semanalmente |
| Organizar a hora atividade do professor para estudo, planejamento e reflexão do processo de ensino e aprendizagem | Março/ Abril |
| Realizar o alinhamento entre as ações propostas pela SEMEDI e PPP da instituição | Anualmente |

3.4. Organização da Prática Pedagógica

| Ação | Data/Período |
|---|--------------------------------|
| Programar a proposta curricular da instituição de acordo com as políticas educacionais da SEMEDI, com as Diretrizes Curriculares Nacionais | Anualmente |
| Assessorar e analisar a elaboração do Plano de Ensino articulado no Campo de Experiências em sintonia com os dois documentos de destaque da ação educativa: Currículo Municipal e PPP | Durante o ano/Hora Atividade |
| Planejar em conjunto com o coletivo da escola a intervenção aos problemas levantados em conselho de classe. | Trimestralmente/Hora Atividade |
| Coordenar a escolha e aquisição de materiais e equipamentos de uso didático-pedagógicos. | Anualmente |
| Incentivar e assessorar o professor na seleção de recursos didáticos para o ensino e Experiências de Aprendizagens. | Periodicamente |

| | |
|--|--|
| Orientar, coordenar e incentivar a aplicação da metodologia de Projetos. | Periodicamente durante a Hora atividade e fora dela. |
|--|--|

3.5. Formação Continuada do Coletivo de Profissionais do CMEI

| Ação | Data/ Período |
|--|---|
| Elaborar o Projeto de formação continuada dos profissionais do CMEI para o aprimoramento teórico metodológico, na forma de trocas de experiências, estudos sistemáticos e oficinas | Trimestralmente |
| Desenvolver o processo contínuo pessoal e profissional de fundamentação teórica. | Durante o ano/ Hora Atividade |
| Pesquisar e fornecer subsídios teóricos metodológicos para o estudo e atender necessidades do trabalho pedagógico | Periodicamente |
| Organizar reuniões de estudo para a reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico do CMEI. | Durante o ano / Conselho de Classe / Hora Atividade |

3.6. Relação entre CMEI e Comunidade com ênfase na transversalidade

| Ação | Data/ Período |
|---|--|
| Participar do conselho escolar subsidiando teórica e metodologicamente as reflexões e decisões sobre o trabalho pedagógico escolar | Trimestralmente |
| Incentivar e propiciar a participação das crianças nos diversos momentos | Durante o ano |
| Elaborar estratégias para a superação de todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão social e de compromisso ético e político com todas as categorias e classes sociais. | Durante o ano/ com o envolvimento de toda a comunidade escolar |
| Fazer cumprir os preceitos constitucionais, a legislação educacional em vigor | Durante o ano |

| | |
|--|--|
| Repensar a natureza da relação dos pais com a escola | Durante o ano com a comunidade |
| Família presente no CMEI | Durante o ano nas reuniões e eventos |
| Promover reuniões de caráter formativo e informativo | Durante o ano e sempre que necessário. |
| Desestimular a cultura da Não-participação dos pais | Trabalho constante durante todo o ano. |

3.7. Metas alcançadas:

Formação Continuada e demais atribuições durante o ano vigente.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Constituição Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Justiça. Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Justiça. Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990.

Currículo Municipal de Paranaguá

XVI – PLANO DE TRABALHO DOCENTE

O planejamento das aulas é feito através de um tema gerador, sugerido pelas professoras e também pela Pedagoga e escolhido esse tema, cada professora, respeitando a faixa etária da sua turma, irá elaborar um Projeto de 30 a 45 dias sobre as diferentes vertentes do tema escolhido. Os subsídios utilizados para os Planejamentos, são: O Currículo Municipal e a BNCC.

O planejamento por tema gerador, permite um trabalho consistente, o qual oferece segurança aos professores em executar suas atividades na sala de aula, de maneira que os conteúdos sejam interessantes e dêem sentido e significado a aprendizagem dos alunos. Segundo Kramer (1998), o tema gerador é uma proposta de organização que busca a significação e amplitude das atividades, de forma que o tema seja o eixo condutor que gera e articula as atividades de modo contextualizado. Nessa modalidade, os professores podem optar em trabalhar por temas desencadeadores da atividade a ser proposta para as crianças. Esses temas podem ser escolhidos pelo professor, sugeridos pelos alunos ou indicados a partir de situações particulares que surgirem no contexto vivenciado. Independentemente da escolha, os temas sempre indicam o trabalho a ser desenvolvido com um determinado grupo de crianças. Dessa forma, é pertinente trabalhar aspectos que façam parte da realidade das crianças e que sejam significativos para os alunos. O ideal é trabalhar com temas interdisciplinares.

As professoras devem escolher temas que atendam às necessidades das crianças, dando sequência aos conteúdos relacionados às áreas de conhecimento como estratégias de ensino-aprendizagem, portanto, para auxiliar o planejamento por temas geradores é necessário definir quais conhecimentos são significativos e como se articulam em torno dos temas. Vale ressaltar, a importância em favorecer a ampliação daquilo que as crianças já conhecem em relação à comunicação, expressão, à matemática, às ciências naturais e às ciências sociais, associando esses conhecimentos.

Com essa estratégia, os professores esperam dar mais sentido ao seu processo de ensino e, ao mesmo tempo, aumentar o engajamento das crianças nas atividades pedagógicas, e, com isso, seu aprendizado.

XVII - A ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL COM O ENSINO FUNDAMENTAL, GARANTINDO A ESPECIFICIDADE DO ATENDIMENTO DAS CRIANÇAS DE ZERO A CINCO ANOS DE IDADE

Desde os primeiros momentos de nossas existências, nossas vidas estão em constante modificação. Nós, seres humanos, no decorrer da vida passamos por diferentes fases e, em cada uma delas, cumprimos etapas que são marcadas por mudanças e expectativas. Na educação não é diferente quando ocorre a passagem

da criança da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Essa transição para outro ciclo, sempre marcada pelo fato de representar uma experiência nova, ocorre permeada por surpresas e, também, por inseguranças e medos que atingem as crianças, os pais e os educadores. Esse desequilíbrio diante de um fato novo é muito natural e inevitável, porque as pessoas e as coisas mudam constantemente, e precisam acompanhar e adaptar-se a tais mudanças, ainda que estas acabem por abalar suas certezas de mundo e causem esse certo desequilíbrio em suas vidas. Pensando na passagem das crianças para a escola fundamental, o CMEI "Anita Ribeiro Fontes", promove uma aproximação das crianças com uma escola próxima, que ofereça o Pré II, pois no nosso caso atendemos crianças até o Pré I.

A LDB (9394/96) afirma que o Ensino Fundamental com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, tem como objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

É proposto que ocorra uma ampliação qualitativa, com maior flexibilização dos tempos, com menos cortes e descontinuidades, com estratégias que efetivamente contribuam para o desenvolvimento da criança.

No decorrer dos anos, o papel da criança foi se modificando dentro da sociedade e dentro da educação. Dessa forma, entendemos que tratar da educação da criança remete-nos à concepção de infância que durante séculos, foi considerada uma fase sem relevância, sem preocupações sociais. A criança estava à margem da família e só era considerada sujeito ao atingir a maioridade. Foi no século XVIII que a infância passou a ser reconhecida como categoria própria e distinta da adulta.

Infelizmente, muitas escolas, principalmente de Ensino Fundamental dão pouca importância ao brincar. É comum escutarmos os professores de 1º ano falarem para as crianças que a brincadeira e o brinquedo são para as crianças que estão no prézinho (referindo-se à Educação Infantil) e que no fundamental é hora de estudar, aprender a ler e escrever e fazer contas matemáticas. É muito comum ainda, a idéia de que no Ensino Fundamental a criança só aprende quando está sentada em fila e atenta aos escritos da lousa. A dificuldade da criança em permanecer parada e concentrada como a escola exige, mostram que é preciso repensar a maneira como o processo de aprendizagem é valorizado dentro da escola, pois a consolidação das estruturas mentais é um processo lento e gradual que não depende apenas das condições neurológicas, mas também de fatores de origem social, ou seja, para aprender as crianças precisam se movimentar e interagir umas com as outras.

XVIII - A ORGANIZAÇÃO DE TODOS OS GRUPOS DE CRIANÇAS, INDICANDO CADA UM DELES A FAIXA ETÁRIA DAS CRIANÇAS, O NÚMERO DE CRIANÇAS E PROFESSORES

O Centro Municipal de Educação Infantil “ANITA RIBEIRO FONTES” utiliza o artigo 9 da Deliberação 03/09 do COMED, para definir sua organização de grupos em relação educador/criança, respeitando suas especialidades sendo considerada a relação de no máximo cinco crianças para um educador e, que atenda a faixa etária de 2 a 4 anos completados.

Os grupos são organizados levando em consideração a faixa etária em busca de maior homogeneidade, já que um grupo de uma mesma faixa etária compreende a fala do educador de maneira parecida, têm quase as mesmas necessidades como o usar fraldas ou usar o vaso sanitário, já se alimentam usando talheres ou copo, enfim um grupo aparentemente homogêneo demonstra uma organização vantajosa.

O C.M.E.I. “Anita Ribeiro Fontes” oferta de maneira ininterrupta, o atendimento às crianças, conforme surgem vagas. Conforme o artigo 30 da LDB, a oferta de espaços para os centros de educação infantil se diferencia em:

- Creches para crianças de até 3 anos de idade.
- Pré-escola para crianças de 4 completados.

Os profissionais que atuam com as crianças na área de educação infantil possuem a escolaridade mínima exigida na instituição municipal e a habilitação ao magistério e/ou Pedagogia, sendo todos educadores com essa formação.

A organização dos grupos de crianças para o ano letivo 2024 segue a relação abaixo:

| TURMA | PERÍODO | Nº DE CRIANÇAS | Nº DE ED.INFANTIS |
|-------------------|----------------|-----------------------|--------------------------|
| INFANTIL II | INTEGRAL | 14 | 03 |
| INFANTIL II | PARCIAL | 14 | 02 |
| INFANTIL III A | MATUTINO | 20 | 02 |
| INFANTIL III B | VESPERTINO | 20 | 02 |
| INFANTIL III C | VESPERTINO | 20 | 02 |
| INFANTIL IV A | MATUTINO | 20 | 02 |
| INFANTIL IV B | MATUTINO | 20 | 02 |

XIX - AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA

A avaliação na Educação Infantil, fundamenta-se na LDB/1996 (art.31): “Na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para acesso ao ensino fundamental”. As DCNEI (Deliberação CEB nº01/99) reafirmam o artigo da LDB em seu artigo 3º, inciso V: “As propostas pedagógicas para a Educação Infantil devem organizar suas estratégias de avaliação, através do acompanhamento e dos registros das etapas alcançadas nos cuidados e na educação para crianças de 0 a 6 anos, sem objetivo de promoção, mesmo para o ensino fundamental”.

O CMEI "Anita Ribeiro Fontes" trabalha de modo que todo educador deve observar e registrar diariamente todas as movimentações das crianças buscando investigar o desenvolvimento real dos alunos, suas conquistas e avanços. De acordo com o artigo 12 da deliberação 02/05, os registros devem ser descritivos e elaborados durante o processo educativo e não ao final dele.

O conhecimento trabalhado pelo CMEI busca interagir diferentes aspectos da realidade sociocultural em que a criança está inserida. Levamos em consideração a relação existente entre a criança e outras crianças (de diferentes idades), com os adultos (pais, professores, outros), com o meio ambiente e com a cultura. Todas essas relações tornam-se mediadoras entre a criança e a informação. Entre o conhecimento e o desenvolvimento. Entre cultura e inovação.

Nesta faixa etária as crianças sofrem mudanças rápidas e significativas que não podem passar despercebidas pelo professor, surgindo a necessidade da observação com um olhar investigador.

O CMEI tem considerado dois aspectos importantes: o nível de desenvolvimento real da criança (aquilo que ela já realiza com autonomia) e o nível de desenvolvimento potencial (o que é percebido e explorado através das atividades feitas pela criança com ajuda do professor). As estratégias, os instrumentos e os procedimentos para realizar a avaliação são de caráter pessoal do professor. Como exemplos podemos citar os registros diários, a observação, relato descritivo, atividades coletivas e outras.

Cada professor faz anotações diárias em um caderno próprio sobre o desempenho de cada criança e descreve situações que possam demonstrar as características dos alunos como avanços, dificuldades ou sugestões para a sua própria prática pedagógica. Estes relatos diários servem de subsídios e/ou complemento para a elaboração dos relatórios de avaliação individual descritivo de cada aluno de forma semestral. Nestes relatórios o professor reconstrói o processo vivido pelo aluno e encontra significado para compartilhar sobre as experiências vividas pela criança com as famílias e com os responsáveis.

O registro da avaliação descreve a história vivida pela criança no ambiente escolar é subsidiado pela convivência familiar. Os pais compartilham dos avanços dos filhos através de conversas diretas com o professor ou quando solicitado a sua presença em reuniões coletivas com todos os pais da escola. As reuniões para tratar da vida escolar dos alunos são realizadas de forma bimestral, visando apoiar o relacionamento da escola/família. Nestas situações são entregues aos pais um relatório sobre o desenvolvimento do aluno. Além do parecer descritivo,

que é realizado trimestralmente e inserido no LRCO, é realizado também um portfólio com entrega anual, porém ao final do primeiro semestre realizamos uma Mostra dos Portfólios aos pais. O Portfólio marca a evolução da criança durante todo o ano em que ela que ficou conosco.

XX - AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL ANUAL E REELABORAÇÃO COLETIVA DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

A busca pela qualidade do atendimento nas instituições de Educação Infantil, nos conduz a uma reflexão sobre a função da Avaliação Institucional, aliada a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico da escola, como uma saída possível, pois segundo Reinhold (2004, p.42-43), “[...] a Avaliação Institucional serve para aperfeiçoar constantemente os Projetos Pedagógicos e o Plano de Desenvolvimento Institucional”. A Avaliação Institucional não deve ser confundida com a Avaliação Educacional que trata especificamente da aprendizagem, currículo e desempenho escolar, pois segundo Belloni (2003, p.87), “[...] a Avaliação Institucional é mais ampla e abrangente: refere-se ou trata de políticas, instituições, planos, programas e projetos, assim como das estratégias ou mecanismos utilizados para sua implementação”.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista com perguntas direcionadas aos sujeitos envolvidos no processo. como pais, professores e comunidade em geral.

A Avaliação Institucional tem o caráter emancipatório, que liberta, transforma e traz mudanças qualitativas nas ações desenvolvidas pelos participantes. Segundo Saul (1994, p.61) “[...] é um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la”.

O CMEI “Anita Ribeiro Fontes” promove formações continuadas e nesses momentos, de forma coletiva, é feito, se necessário, ajustes na Proposta Pedagógica.

XXI - A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA INSTITUIÇÃO

A L.D.B. dispõe, no título VI, art. 62 que a “formação de docentes para atuar na Educação básica far-se-á em nível superior, em curso de Licenciatura, de graduação plena, em Universidade e Institutos Superiores de Educação, admitida, como formação mínima para o exercício do Magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, oferecida a nível médio, na modalidade normal”. Considerando a necessidade de um período de transição que permita incorporar os profissionais cuja escolaridade ainda não é exigida e buscando proporcionar um tempo para adaptação das redes de ensino, esta mesma Lei dispõe no Título IX. Art. 87 4º que, “até o fim da década a Educação somente serão

aceitos admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”. Esta exigida para o profissional da educação, porém a prática contínua dos estudos é de fundamental importância para o aprimoramento do educador, contribuindo para o seu trabalho em sala de aula.

Sabendo que qualquer que seja o profissional, não importa qual área esteja atuando, a constante aprendizagem é de suma importância para sua carreira.

Tratando-se do profissional da educação a exigência é maior ainda, visto que este “é um termo aprendiz”. Para os professores da rede municipal ela é ofertada através de cursos, palestras, etc. contribuindo para uma melhoria da formação do profissional da educação.

Encontros pedagógicos é uma forma que a instituição utiliza para troca de experiências, entre os profissionais, ampliando assim, seus conhecimentos e buscando uma prática pedagógica ativa, solidária, comprometida com a educação e o ato de ensinar. Os Referenciais Nacionais para a Educação Infantil são os orientadores deste trabalho pedagógico, sendo o mediador das atividades durante todo ano letivo.

Estes estudos seguem de acordo com a proposta da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral que ocorrem sempre que solicitado pelo órgão através de seminários, palestras ou encontros.

A formação continuada dos profissionais de educação, também chamada de atualização e aperfeiçoamento, não tem fim, sendo um processo contínuo na vida do Educador, incentivando a apropriação dos saberes rumo à autonomia, levando-o a uma prática crítico – reflexiva, abrangendo a vida cotidiana da escola e os saberes derivados da experiência do docente.

O processo formativo deverá propor situações que possibilitem a troca de saberes entre os educadores através de projetos articulados da reflexão conjunta, porém, ainda não abrange à todo o corpo docente, pois a escolha de quem realizará a formação, ainda é através de sorteio ou para àqueles que estão em hora atividade. Os educadores e equipe pedagógica deverão frequentar cursos de aperfeiçoamento ou de especialização profissional quando expressamente designado ou convocado pela Secretaria Municipal da Educação. Incluem-se nestas obrigações quaisquer modalidades de reuniões, para estudos e debates promovidos ou reconhecidos pela Secretaria Municipal da Educação. Além de, participar de capacitações que sejam ofertados por cursos à distância e ou promovidos por outro órgão que não seja a secretaria de educação, mas que também oferte a formação.

As Formações em Serviço ocorrem na hora atividade semanal ou na hora atividade concentrada.

| Cronograma - FORMAÇÃO EM SERVIÇO | | |
|---|----------------------|---|
| DATA | CARGA HORÁRIA | AÇÕES |
| 30/04/2024 | 04 horas | TEMA: Cultura Parnanguara e Cultura Afro |

| | | |
|-------------------|-----------------|--|
| | | Palestrante: Denni Capeta |
| | | |
| 25/07/2024 | 04 horas | TEMA: Atitudes práticas de como lidar com crianças atípicas no ambiente escolar. Palestrante: Suellen de Oliveira |
| | | |
| 08/10/2024 | 04 horas | TEMA: Palestrante: |

CRONOGRAMA HORA ATIVIDADE 2024

| | SEGUNDA | TERÇA | QUARTA | QUINTA | SEXTA |
|----------|----------------|------------------|-----------------|---------------|------------------|
| | FLÁVIA | MARIA 4H | FLÁVIA | GEIZA | SILVANA |
| | SILVANA | CRISTIANE | SIMONE | AKEMI | MARIA 4H |
| M | SIMONE | ANA | AKEMI | | |
| | JOSIANE | | GEIZA | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | FLÁVIA | CRISTIANE | SIMONE | GEIZA | SILVANA |
| T | JOSIANE | ANA | MARIA 2H | AKEMI | MARIA 2H |
| | | | | | CRISTIANE |
| | | | | | |
| | | | | | |

XXII - A SELEÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS, CONHECIMENTOS E ATIVIDADES NO TRABALHO PEDAGÓGICO

A educação infantil deve ser compreendida não simplesmente como um espaço onde os pais deixam seus filhos para serem cuidados enquanto trabalham, e sim como um espaço de brincadeiras, aprendizado e desenvolvimento das diversas dimensões do conhecimento.

A ênfase da educação infantil é ESTIMULAR as diferentes áreas de desenvolvimento da criança, aguçar sua curiosidade, sendo que para isso, é imprescindível que a criança seja feliz no espaço escolar.

Todo conteúdo que desperte o interesse do aluno deve ser trabalhado, desde que respeitada a sua faixa etária.

O CMEI “Anita Ribeiro Fontes” visa desenvolver algumas capacidades como: ampliar relações sociais na interação com outras crianças e adultos, conhecer seu próprio corpo, brincar e se expressar das mais variadas formas, utilizar diferentes linguagens para se comunicar, entre outros.

A criança é compreendida como agente ativo no universo da escola, podendo desempenhar diferentes papéis a serem desenvolvidos na sociedade no futuro. Por isso nossa missão é ajudá-la a construir em cada identidade pessoal um referencial sócio-cultural que valorize a sociedade, a natureza e principalmente a liberdade de opiniões, um cidadão que faz mudanças para uma vida melhor.

No CMEI realiza-se um processo educativo constituído de forma dinâmica, não existindo aquele que conduz, mas sim aquele que também é conduzido, o professor. O educador que atua na educação infantil deve possuir o desejo de usufruir do desafio que se torna a prática no ambiente infantil.

Estudos e pesquisas evidenciam que as interações estabelecidas com os adultos, com outras crianças, com seres ou objetos, são o motor do processo de aprendizagem/desenvolvimento das crianças.

Entre as formas possíveis de buscar compreender e se apropriar do mundo para a criança, o educador privilegia a experimentação e a exploração oral, o brincar, a imitação e a imaginação.

A função do mediador é única e a mais importante no processo ensino/aprendizagem, pois é o educador que:

Instiga a curiosidade e a imaginação das crianças;

Interage com as crianças favorecendo a relação criança/adulto/criança;

Incentiva atitudes de respeito, cooperação e solidariedade;

Valoriza cada aluno como único e possibilita que construa sua autonomia.

Além da organização do trabalho docente, depende também a inclusão e adaptação do ambiente físico em busca da integração para atender a diversidade,

as necessidades, as dificuldades e potencialidades dos alunos. Estes são alguns dos procedimentos a alcançar um bom desempenho educacional.

O PLANO CURRICULAR

OBJETIVOS E EXPERIÊNCIAS DE APRENDIZAGEM PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

A proposta de organização curricular do Currículo Municipal de Paranaguá tem como base o Referencial Curricular do Paraná na etapa da Educação Infantil. O documento é composto de seis partes correspondentes às idades das crianças, ampliando a divisão apresentada na BNCC que é dividida em bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas.

O detalhamento por idades busca contribuir com o trabalho do professor, para cada idade são apresentados os campos de experiências e os objetivos definidos pela BNCC, identificado com o código original e em negrito, em seguida aparecem as complementações com objetivos correlacionados, os quais denominados como: demais objetivos importantes a priorizar no trabalho com cada idade.

Associados aos objetivos propostos para cada grupo etário de crianças, os conteúdos do Currículo Municipal para Educação Infantil de Paranaguá tem como ponto de partida a experiência da criança. A abordagem não anula os saberes e os conhecimentos da cultura acumulada, materializados nos programas, nos conteúdos previstos pelos CMEIs e escolas, pois a experiência da criança incorpora fatos e conhecimentos, além de atitudes, motivos e interesses que levam à aprendizagem.

Segue o nosso Currículo educação Infantil

<https://www.paranagua.pr.gov.br/semi/downloads/0%20CADERNO%20EDUC.%20INFANTIL.pdf>

XXIII – ANEXOS

PLANO DE ATENDIMENTO A EMERGÊNCIA

CMEI Anita Ribeiro Fontes

De acordo com a Lei 20863- 07 de dezembro de 2021 em seu Art. 1º Institui o Programa Brigadas Escolares- Defesa Civil na Escola - PBEDCE, que objetiva assegurar a integridade e o bem-estar da comunidade escolar no âmbito das redes públicas de ensino:

I- Estadual;

II- Dos Municípios que aderirem ao Programa;

A SEMEDI capacitou algumas pessoas de cada instituição para prestar o atendimento emergencial em caso de necessidade. O PAE - Plano de Atendimento a Emergência deve ser realizado no mínimo 2 vezes por ano nas Instituições de Ensino.

No curso da Brigada Escolar foi falado sobre o Plano de Abandono. No ano de 2023 os instrutores do curso, os GCMs Jean Balboni e Sérgio Mendes, estiveram na instituição para realizar uma simulação de abandono demonstrando na prática o procedimento com crianças e funcionários.

Links para plano de atendimento de emergência

<https://www.youtube.com/watch?si=aE6zMNsJPtXan&tv=Y5LodLR011o&feature=youtu.beu>

<https://www.youtube.com/watch?si=gOjazwj83LOBhhl&v=asrptKMxZ4E&feature=youtu.be>

MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

| | | |
|--|----------------------------------|---------------------------------|
| Centro Municipal de Educação Infantil "ANITA RIBEIRO FONTES" | | |
| SEMEDI | MUNICÍPIO: Paranaguá | |
| INSTITUIÇÃO DE ENSINO: Centro Municipal de Educação Infantil "ANITA RIBEIRO FONTES"- 41385438 | | |
| ENDEREÇO: Rua: Alzir dos Santos Antunes, 611, Bairro: Vila Cruzeiro, Município: Paranaguá, CEP: 83221-450 | | |
| FONE: (041) 3721 1808 | | |
| ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Paranaguá | | |
| CURSO (n° 2023): Educação Infantil | | |
| TURNO: Diurno | C.H. TOTAL DO CURSO: 800h | DIAS LETIVOS ANUAIS: 200 |
| ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2018 | FORMA: Simultânea | |
| OFERTA: Infantil II a Infantil IV | ORGANIZAÇÃO: Anual | |
| INTERAÇÕES E BRINCADEIRA | CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS | |
| Total de horas relógio semanais | 20 horas relógio | |

REFERÊNCIAS

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - Estado do Paraná – Processo nº 024/99 - Deliberação nº 002/99.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - Estado do Paraná – Processo nº 049/99 - Deliberação nº 003/99.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – COMED – PARANAGUÁ – Deliberação nº 02/09.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – COMED – PARANAGUÁ – Deliberação nº 03/09.

Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil/os-objetivos-de-aprendizagem-e-desenvolvimento-para-a-educacao-infantil>. Acesso em: 22 set. 2018.

FERREIRO, Emília - Alfabetização em Processo - São Paulo - Ed. Cortez.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO - Secretaria de Educação Fundamental - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - Brasília - MEC/SEF, 1998. 3v

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO - Lei nº 9394 - Diretrizes e bases da Educação Nacional, Cap. II, seção II, art. 29 a 31 - 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO – Secretaria de Educação Fundamental – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – Brasília – MEC/SEF, 1998 – 3 volumes.

Paranaguá - Plano Curricular para os Centros Municipais de Educação Infantil, 2000.

SAVIANI, Dermeval - Pedagogia Histórico-Crítica - Primeiras Aproximações 5º ed. Campinas - São Paulo - Ed. Autores Associados.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - Currículo Básico para a escola pública do Paraná - Curitiba, 1990 - p. 24 a 27.

DIÁRIO ESCOLA - Educação Remota de Crianças.
Disponível em : <https://diarioescola.com.br/superdicas-para-a-educacao-remota-de-criancas/>

GESTÃO ESCOLAR – <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/2226/hora-da-soneca-orientacoes-para-um-descanso-tranquilo-na-creche>

CONSTITUIÇÃO FEDERAL -
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm/